

Dançando na Reitoria

Anos dourados Para comemorar os 77 anos do primeiro embrião da UFRGS, o JU resgata lembranças relacionadas a uma das histórias mais marcantes – e inexploradas – desse percurso: os Bailes da Reitoria. Fossem eventos oficiais, como formaturas, ou organizados pelos alunos, o fato é que atraíam a juventude porto-alegrense. Divertiam-se no imponente salão de traços modernistas inaugurado em 1957 os estudantes universitários, as mocinhas casadoiras, o pessoal mais quadrado, a patota prafrentex, enfim, a juventude toda da Porto Alegre que ainda despertava para as primeiras modernidades daqueles “anos dourados”. Nas noites de festa na UFRGS, o bacana para os rapazes – sempre enfatiados – era chegar, se posicionar perto das paredes próximas à entrada e logo tomar uma cuba libre ou um gin fizz. Já os brotos – devidamente acompanhados de um “chá de pera” – normalmente se sentavam às mesas, onde ficavam à espera do convite para dançar. Entre os personagens dos Bailes da Reitoria, o mais lembrado é Norberto Baldauf, pianista e líder do conjunto que leva o seu nome e até hoje toca em festas. Com um repertório de boleros, valsas, sambas e até música cubana, o grupo animou muitas noites memoráveis no então recém-inaugurado espaço social. Foi numa delas que se conheceram Athos e Claudia, que depois namoraram, noivaram, casaram e voltaram a frequentar os divertidos Bailes da Reitoria por mais alguns anos – “um espetáculo”, na nostálgica descrição dele. Gessy Corrêa, então estudante de Enfermagem, também tem uma história para contar: foi Princesa Universitária em 1958, representando o curso de Medicina. Mesmo não tendo conhecido Jayme Genz na Reitoria – ele era frequentador assíduo em seus tempos de estudante –, vieram a se encontrar em 1965 e acabaram casando. E quem é que, tendo sido jovem nos anos 1950 e 1960 na capital gaúcha, não tem sua história dos Bailes da Reitoria para contar?

Página Central



JU VIERHA/ACERVO CORREIO DO POVO

União Europeia vive crise mais séria da história

JU 15 ANOS

As mudanças por que passaram os restaurantes da UFRGS



A maior economia do mundo, a da União Europeia (UE), está em risco. A crise atual, consequência das tensões econômicas de 2008, já provocou a saída de vários governantes: em novembro, perderam seus cargos os primeiros-ministros da Grécia e da Itália. Há temores de que, no ano que vem, a UE entre em recessão. Nesse cenário, o euro, moeda comum a 17 das 27 nações que a integram, está ameaçado. Os países em

pior situação pediram ajuda financeira externa. Por temor do contágio, França e Alemanha, as economias mais fortes do bloco, aceitam bancar os resgates, mas exigem a aprovação de duros pacotes de austeridade. Essas medidas pioram as condições de vida da população e causam protestos sociais. Na foto à esquerda, manifestante enfrenta barreira policial em frente ao parlamento grego, em Atenas. **P10**

ILUSTRAÇÃO CIENTÍFICA

Área carece de profissionais

Apesar da importância do trabalho de gente como a inglesa Margaret Mee (autora do desenho da *Neoregelia concentrica* ao lado), a ilustração científica ainda é pouco estimulada no Brasil. No currículo do curso de Artes Visuais da UFRGS, por exemplo, não há disciplinas direcionadas à formação de ilustradores e nas demais universidades do país ainda são escassos os cursos específicos nessa área. **P11**



REFORMA POLÍTICA

Falta de acordo emperra andamento do projeto

Após a instalação de duas comissões especiais em março deste ano para discutir o assunto, o descompasso entre parlamentares e partidos fez com que o plano pouco avançasse. Para o professor do Programa de Pós-

-graduação em Ciência Política da UFRGS André Marengo, propostas como a do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais devem tornar a competição entre os partidos mais equilibrada. **P5**

Carro elétrico
Baixo incentivo adia a utilização da tecnologia no Brasil **P4**

Etnoastronomia
Cientistas resgatam interpretações indígenas do céu **P13**



P6

FLÁVIO DUTRA/ALU

Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

UFRGS 77 Anos

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul atinge a marca de 77 anos como instituição madura e consolidada. Fundada em 28 de novembro de 1934 com o nome Universidade de Porto Alegre, a partir da reunião de quatro faculdades e um instituto, a Universidade hoje é composta por 28 unidades, oferece 80 cursos de graduação e possui 71 programas de pós-graduação.

Com a missão de democratizar o acesso ao conhecimento, de formar cidadãos e de produzir e integrar saberes, a Universidade vive um ciclo de grande expansão, provavelmente o maior de sua história: desde 2007 foram criados 14 cursos de graduação, com 1.078 novas vagas de ingresso via vestibular, e contratados 1.339 novos servidores docentes e técnico-administrativos. Em paralelo, houve qualificação da infraestrutura, com a modernização e a construção de novos espaços físicos para dar condições ao desenvolvimento acadêmico. Obras e reformas concluídas

somam 140 mil metros quadrados, e estão em andamento e em licitação mais de 80 mil metros quadrados.

Emblemático é o fato de a expansão ser concomitante com a afirmação da excelência acadêmica institucional. A UFRGS ocupa hoje posição consolidada no cenário nacional. A avaliação da CAPES nos coloca entre as três melhores instituições do país, com 28% dos programas com conceitos de excelência (6 ou 7). O recentemente divulgado Índice Geral de Cursos (IGC), que associa as avaliações da graduação e da pós-graduação, posiciona a UFRGS na faixa superior, cinco, ocupando a terceira posição entre as universidades públicas e a primeira entre aquelas com mais de 40 cursos avaliados.

O reconhecimento da excelência acadêmica, que já alcança alguns dos rankings internacionais, traz grande satisfação a toda a comunidade acadêmica e, igualmente, enorme responsabilidade: a de colocar sua

competência a serviço da sociedade. Além de formar pessoas e de gerar conhecimento, insumo fundamental para o desenvolvimento sustentável, a universidade deve assumir seu papel transformador. Essa é a nova fronteira, aquela que extravasa os muros da instituição e os limites das salas de aula e dos laboratórios e perde os contornos, ao atingir escolas de ensino básico, grupos e comunidades organizadas, empresas e instâncias públicas nos quase dois mil projetos de extensão e de inovação e desenvolvimento tecnológico. Fronteira da instituição que se internacionaliza em acordos efetivos com as melhores universidades do mundo e ainda se expande para o interior do Rio Grande do Sul.

Estão de parabéns todos os professores, técnicos administrativos e estudantes que contribuíram e contribuem com a história de sucesso da UFRGS. É dever da comunidade universitária construir a universidade de excelência que o país merece e da qual necessita.

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 91004-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Flávio Porcello

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497

Conselho Editorial
Cassiano Kuchembocker Rosing, Cesar Zen Vasconcellos, Daltro José Nunes, Edison Luiz Lindner, Fernando Cotanda, Flávio Porcello, Maria Heloisa Lenz, Maria Henriqueta Luce Kruse, Ricardo Schneiders e Rudimar Baldissera
Editora
Ánia Chala
Repórteres
Caroline da Silva, Everton Cardoso e Jacira Cabral da Silveira
Projeto gráfico
Juliano Brunl Pereira
Diagramação
Gustavo Demarchi
Fotografia
Flávio Dutra
Revisão
Antônio Falcoetta
Bolsistas
Dalaine de David, João Flores da Cunha e Luiz Eduardo Kochham (jornalismo) / Elisa Bortoloni (fotografia) / Victoria Zdzanski Chiro (Relações Públicas)
Circulação
Márcia Fumagalli
Fotolitos e impressão
Gráfica da UFRGS
Tiragem 12 mil exemplares

Mural do leitor

jornal@ufrgs.br

Matrículas na UFRGS I

Excelente a matéria da Daiane de David sobre a história da matrícula na Universidade. Senti saudade do "pregão" da matrícula da Engenharia no Edifício MDCCCC, aquele na frente da praça Argentina, lá em cima no segundo andar. Era um estresse só ter de trocar o horário faltando poucos minutos para ser chamado para a sala dos cartões perfurados. Cursei Engenharia Eletrônica entre 1972 e 1976 e vivi essa fase. Uma vez, em fevereiro de 1975, em dia de matrícula, o Antônio Carlos Dairel, estudante mineiro da nossa Engenharia Civil, subiu numa árvore em frente à Faculdade de Direito para evitar que a empreiteira que construía o viaduto Dona Leopoldina, na avenida João Pessoa, derrubasse as árvores... e lá em cima ficou um dia inteiro com todo o aparato policial acionado. Como se tinha que ir do prédio MDCCCC até a reitoria para pagar a taxa, não preciso dizer mais nada quanto à enorme publicidade que o feito teve. Bons tempos aqueles.

► **Victor Mazzocato, acadêmico de Direito**

Matrículas na UFRGS II

No n.º 141 do JU, na reportagem "Um evento grandioso", foi dito que "a flexibilização na escolha das turmas [...] foi uma forma de desfazer as turmas para evitar a formação de grupos subversivos". Não é verdade. Foram os alunos que insistiram nessa modalidade de inscrição, para poderem escolher os horários que julgassem mais convenientes, e para não virem a ser 'dependentes' ou, pior, 'repetentes'. Qualquer professor que lecionou na UFRGS nas décadas de 1950 e 1960 confirmará o que estou informando.

► **Joaquim Blessmann, professor aposentado da UFRGS**

Artigo

Música popular aporta na graduação da UFRGS

Em outubro deste ano foi realizada a primeira prova específica para o Bacharelado em Música Popular. Se a procura pelo curso, bem como a qualidade dos candidatos, demonstraram o quanto isso era esperado pela sociedade, no contexto universitário, entre professores e técnicos, a expectativa é de muitos desafios e grandes aprendizados.

O projeto de criação do Bacharelado em Música Popular foi pensado e escrito a várias mãos durante o ano de 2010, destacando-se os nomes dos professores Luciano Zanatta, Lucia Carpena, Fernando Mattos, Reginaldo Braga, Caroline de Abreu. Contamos ainda com a consultoria dos professores Celso Loureiro Chaves e Maria Elizabeth Lucas, assim como o apoio dos demais colegas do Departamento de Música, de representantes do DAD, do DAV e da direção do Instituto de Artes.

Em seu artigo pioneiro de 1992, "Música popular à porta ou aporta na academia", Maria Elizabeth Lucas já acenava para a paradoxal ausência da música popular nas universidades brasileiras. Ao historicizar os estudos acadêmicos voltados a essa área, especialmente a partir dos anos 60, notadamente nas áreas da Etnomusicologia e da Antropologia, mas também na Literatura, na Sociologia, no Jornalismo e, mais recentemente, nos Estudos Culturais, a etnomusicóloga acordava nosso olhar – e nossa escuta – para as especificidades desse campo que transcendiam a mera discussão sobre repertórios musicais.

Para a autora, "a questão central hoje para os estudiosos da Música Popular não é de ordem estética (pelo menos quando entendida desde

uma perspectiva hierárquica entre o erudito e o popular, e ditada pelas preferências estéticas do pesquisador), nem do que a opõe ou distingue da música erudita ou folclórica. O ponto de partida é a existência de uma miríade de músicas populares que instigam o pesquisador a criar modelos analíticos que possam dar conta das suas especificidades enquanto código musical, culturalmente construído".

De fato, tem sido no seio dos programas de pós-graduação (a partir da década de 80, nos EUA, na Inglaterra e na Europa, levando à criação da *International Association for the Study of Popular Music* – IASPM –, e nos anos 90 no Brasil, com a criação de vários programas na área de música) que a vertente popular passou a receber a devida atenção como forma específica de criação, *performance* e recepção musical, tornando-se objeto de pesquisa de teses e dissertações.

Embasadas pela produção de pesquisas acadêmicas e inspiradas em cursos de graduação já em andamento no exterior, algumas universidades e faculdades brasileiras começaram a oferecer educação superior na área de música popular a partir do final da década de 80. O curso de graduação precursor nesse processo foi o da Unicamp, criado em 1989. Somente anos mais tarde, em 1998, sua proposta foi seguida pela Unirio, que implantou o Bacharelado em Música Popular. Nos últimos anos, outras universidades federais e estaduais, bem como faculdades particulares, aderiram ao ensino superior de música popular: UECE (Curso Sequencial de Formação Específica, 2005); UFBA (Bacharelado Interdisciplinar em Música Popular, 2009); UFPB (Curso Superior em Música Popular, 2009);

UFMG (Bacharelado em Música Popular, 2009); FAC-FITO (Bacharelado em Instrumento ou Canto – ênfase em Música Popular, 2009); FAP (Bacharelado em Música Popular, 2010); UFRJ (Bacharelado em Regência de Banda e Bacharelado em Bandolim, 2010).

Esse quadro demonstra, em primeiro lugar, que há demanda para esses cursos, o que desmistifica o discurso do senso comum de que pessoas ligadas à música popular não teriam interesse na formação acadêmica; em segundo lugar, sinalizam que a profissionalização do músico na contemporaneidade tem demandado uma postura cada vez mais versátil, exigindo sua atuação em várias frentes. Nesse contexto, artistas ligados à área da música popular vêm cada vez mais sendo desafiados a gravar música para CDs ou para divulgação na internet, a compor trilhas para teatro, vídeo, cinema e TV, a arranjar canções para grupos com as mais diversas formações (de rock, jazz, pop e música regional a quartetos de cordas e big bands), a produzir seus próprios trabalhos e/ou de outros músicos, e mesmo a escrever sobre suas produções.

Com esse cenário em mente, o Bacharelado em Música Popular da UFRGS está organizado para incorporar tanto a *performance* e a criação de obras e arranjos de repertório de caráter popular quanto a formação em pesquisa e em técnicas de produção fonográfica. O perfil do egresso do curso poderá enfatizar qualquer um desses fazeres musicais, a partir da opção de quatro formatos distintos de trabalhos de conclusão de curso.

Para atingir esse objetivo, foram criadas vinte e quatro disciplinas novas – Prática Musical

Coletiva, Trilhas Sonoras, Análise da Canção, Composição de Canção, Músicas Tradicionais do Brasil, Músicas do Mundo, entre outras –, algumas inclusive oferecidas a outros cursos da UFRGS em caráter eletivo. Todavia, é preciso ressaltar que os alunos de Música Popular compartilharão todo um elenco de disciplinas dos demais bacharelados em música da Universidade, pois um dos principais objetivos da nova ênfase é ampliar as trocas interculturais entre os estudantes.

Quase vinte anos após a publicação do artigo da professora Maria Elizabeth, a música popular finalmente aporta em nossa universidade como um curso de graduação. É motivo de grande alegria, emoção e expectativa.

Parafrazeando o professor José Carlos Gomes dos Anjos, que, em um dos seminários que antecedeu a aprovação do regime de cotas sociais e étnicas na UFRGS, chamava a atenção para o fato de que o ingresso de alunos egressos de escolas públicas autodeclarados negros significava o ingresso de subjetividades até então, em sua vasta maioria, excluídas das discussões acadêmicas, e que isso traria avanços científicos, culturais e humanos que refletiriam em novas formas de fazer ensino, pesquisa e extensão na Universidade. Abrir as portas à música popular significa, além da inclusão de estudantes com perfis diferenciados, uma ampliação do espectro das sonoridades, ritmos, melodias, harmonias e dos modos de fazer e de pensar a música.

Luciana Prass

Professora do Departamento de Música do Instituto de Artes da UFRGS

Memória da UFRGS

ANA LEYEN/ARQUIVO PESSOAL



1961

Posando na chegada de um Baile da Reitoria, Ana Leyen (segunda da esquerda para a direita) e suas amigas.

A equipe do Jornal da Universidade continua à procura de fotos e depoimentos sobre essas festas. Contatos pelo telefone 3308-3368 (com Everton) ou pelo e-mail jornal@ufrgs.br.



O público que participou do encontro extensionista movimentou os espaços do Câmpus Centro da Universidade no início do mês de novembro

Extensão reúne mais de 3 mil congressistas

A UFRGS sediou de 8 a 11 de novembro o 5.º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, que reuniu 421 universidades e 3.594 inscritos. Durante o encontro, foram oferecidas 1.424 atividades, entre oficinas, tertúlias e comunicações orais. Também participaram da coordenação do evento as universidades UniRitter, PUCRS e Universidade Federal das Ciências da Saúde (UFCSPA). Ao receber os congressistas, o reitor Carlos Alexandre Netto lembrou que o Brasil ocupa o 13.º lugar em produção de conhecimento, mas que ainda há muito a fazer frente ao desafio da miséria, tarefa que pode receber a contribuição das ações extensionistas das universidades em todo o país.

Dentro desse mesmo viés de comprometimento da universidade com o desenvolvimento social por meio da extensão, o professor peruano Oscar Jara proferiu a palestra de abertura, e o bispo Dom Morelli, a de encer-

ramento. Jara analisou os limites da extensão, embasado nas ideias e concepções sobre educação popular do brasileiro Paulo Freire: "Que tipo de fronteiras, de que magnitudes e o que fazemos com elas", instigou. Dom Morelli, fundador-presidente do Instituto Harpia Harpya (Agência de Defesa e Promoção do Direito ao Alimento e à Nutrição), falou sobre a extensão universitária confrontada com a miséria e a fome no século XXI.

Metas – Em sua fala na abertura do 5.º CBEU, a pró-reitora de Extensão da UFRGS, Sandra de Deus, destacou as metas do Fórum Nacional de Extensão Universitária (Forproex): "A agenda da extensão tem questões a serem enfrentadas, como a incorporação curricular das ações da extensão, reconhecendo seu potencial formativo e a inserindo de forma qualificada no projeto pedagógico dos cursos; a regulamentação da extensão como

prática acadêmica mediante lei ordinária que normalize suas ações e seu financiamento e autorize o pagamento de bolsas a docentes e servidores técnico-administrativos envolvidos no seu processo; o reconhecimento das ações de extensão universitária e do esforço docente e técnico em termos equânimes em concursos nas normas e carreiras acadêmicas".

A professora também listou como fundamentais: o financiamento regular, seja através da inserção na matriz orçamentária das instituições, seja na inclusão das agendas governamentais de programas e linhas de financiamento para a extensão universitária; a instituição, pelo MEC, do Plano Nacional de Extensão como instrumento regulador e de suporte ao conjunto das ações da extensão realizadas no âmbito da educação superior brasileira; a incorporação da extensão universitária no processo de avaliação da educação superior com definição

de indicadores, metodologias e instrumentos; e o fortalecimento de parcerias para a implementação de políticas públicas voltadas para a contribuição inovadora da universidade na superação da equidade social e na promoção do desenvolvimento sociocultural.

Nesse sentido, Sandra destacou o programa Josué de Castro, que visa comprometer o conjunto das instituições com a superação da miséria do país.

Finalmente, ela reforçou a necessidade de alteração dos padrões institucionais vigentes no âmbito das instituições de ensino superior e dos órgãos governamentais, com a criação de instâncias de coordenação acadêmica que estimulem e induzam à integração das três dimensões das práticas acadêmicas no cotidiano das instituições e das políticas da educação superior, ciência e tecnologia, e demais políticas públicas que integram a universidade.

Comemoração

UFRGS completa 77 anos e consolida a excelência acadêmica

O aniversário de 77 anos da UFRGS, celebrado em 28 de novembro, ocorre em um período de grande visibilidade da Universidade.

Neste ano, a comunidade universitária comemora destaques relevantes. No âmbito internacional, o *Webometrics Ranking of World Universities*, que avalia a visibilidade na internet das instituições de ensino superior, traz a UFRGS na terceira posição na América Latina, tendo à frente apenas a Universidade de São Paulo e a Universidade Autónoma do México. Na avaliação realizada pelo Ministério da Educação, com base nos resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), nas informações sobre infraestrutura dos cursos e nível de formação do corpo docente e nos conceitos da pós-graduação, a UFRGS foi a única instituição gaúcha a obter o conceito máximo, 5.

Seguindo a tradição de anos anteriores, a UFRGS reuniu em 2011 uma série de prêmios concedidos aos seus professores e alunos em reconhecimento à produção de pesquisa e inovação. Entre os exemplos, a recente premiação do Santander Universidades, em que foi a universidade federal com maior número de trabalhos inscritos e obteve o prêmio máximo em duas categorias: "Ciência e

Inovação" e "Empreendedorismo".

Essas conquistas demonstram a viabilidade de ampliar a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão na Universidade ao mesmo tempo em que se conduz a maior expansão de sua história. Com a implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades (Reuni) em 2007, estão sendo investidos mais de R\$ 90 milhões na criação de vagas e de cursos, na ampliação e construção de prédios e instalações e na modernização de laboratórios. Destacam-se investimentos nas casas de estudante e restaurantes universitários, e as obras do Prédio de Salas de Aula, do Hospital Odontológico, e o início do Centro de Energia do Parque Científico e Tecnológico.

A interiorização da Universidade faz parte do projeto de expansão. Em parceria com as comunidades locais, a UFRGS conduz a implantação do Câmpus Litoral Norte, em Tramandaí, e do Câmpus Serra, em município a ser definido a partir dos encaminhamentos das audiências públicas realizadas ao longo do segundo semestre do ano.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRGS (PDI), importante instrumento para o projeto de excelência da Universidade, tem também como

um de seus norteadores o foco na internacionalização. Nesse aspecto, a UFRGS soma 211 acordos de cooperação acadêmica e científica com vários países e incentiva seus alunos a participar de programas de mobilidade em instituições estrangeiras, bem como recebe alunos de diferentes universidades e áreas do conhecimento. No próximo ano, será inaugurado o Instituto Confúcio para o estudo da língua e da cultura chinesas, fruto da interação com a China que a UFRGS mantém desde 2005. O alicerce que sustenta esta história de distinções e um presente marcado pela qualidade e pelo reconhecimento constitui-se, principalmente, nos recursos humanos da Universidade: docentes, técnico-administrativos e alunos que passaram pela UFRGS ou ainda compõem seus quadros comprometidos com a busca da excelência para o desenvolvimento da sociedade e com a responsabilidade de atuar inserida na comunidade.

O reitor Carlos Alexandre Netto salienta o significado dos indicadores de qualidade conquistados e a responsabilidade que representam para a UFRGS. "Ao alcançar esse patamar de excelência acadêmica, a Universidade deve cada vez mais buscar uma ação transformadora para e em conjunto com a sociedade." (Patrícia Lima)



UFRGS TV

Pesquisa em Pauta

Borboletas: beleza e graça a serviço da ciência

Você já parou para pensar que em nosso meio existem animais que ajudam a medir a qualidade do nosso ambiente, e que nós nem os percebemos?

Poucas pessoas sabem, mas as borboletas são consideradas indicadores de qualidade ambiental. Procurando entender mais acerca da relação entre esses insetos e o meio ambiente, a professora Helena Romanowski desenvolve na UFRGS o programa As Borboletas do Rio Grande do Sul. Para falar sobre esse estudo, ela participou do programa Pesquisa em Pauta, que busca divulgar as pesquisas produzidas no meio acadêmico.

O interesse de Helena por borboletas vem desde a sua graduação em Ciências Biológicas na UFRGS, que a levou a aprofundar esses estudos no Laboratório de Ecologia de Insetos. O seu projeto atual busca fazer o levantamento das espécies, visando entender quais são os fatores que determinam a ocorrência e a distribuição desses lepidópteros no Rio Grande do Sul, e como esses aspectos implicam na conservação das espécies e dos habitats em que estes vivem.

Na opinião da pesquisadora, "o conhecimento sobre as borboletas permite usá-las como uma ferramenta para a educação ambiental. Aproveitar as características que elas têm, como o fato de serem fáceis de visualizar e de produzir encantamento nas pessoas, aliando essas qualidades para fazer a ponte entre ciência e população, permitindo a conservação do meio ambiente", esclarece Helena.

A professora também destaca que o modo de vida contemporâneo acaba prejudicando a natureza. Cada vez mais as pessoas se distanciam do meio ambiente, não percebendo que o seu conhecimento é fundamental para a preservação de todas as formas de vida. "Realmente espero que a gente consiga desenvolver modos de conviver mais harmoniosamente com a natureza do que temos feito até o momento", diz.

O programa As Borboletas do Rio Grande do Sul alia em suas pesquisas algumas contribuições da Genética, da Ecologia e da Zoologia, buscando alertar sobre a importância da função dessas espécies como polinizadoras, de forma a assegurar que a flora gaúcha se mantenha rica e preservada. "Não somos só nós que vivemos aqui. E, certamente, a gente precisa do resto da vida que existe na Terra. E essa vida é baseada em diversidade."

*Bruna Oliveira e Isadora Jacoby, estudantes do 4.º semestre de Jornalismo na FABICO.

Assista aos programas

Para saber mais sobre a pesquisa desenvolvida pela professora Helena Romanowski, assista ao programa Pesquisa em Pauta da UFRGS TV, que vai ao ar no dia 13 de dezembro, às 20h e às 23h, pela UNIV, no canal 15 da NET POA.

Campanha

Coleta solidária

O gabinete do reitor, com o apoio da Coordenadoria de Gestão Ambiental, está realizando a campanha Coleta Seletiva Solidária 2011. O objetivo é arrecadar, até o dia 10 de dezembro, livros, roupas, brinquedos e alimentos não perecíveis. Essas doações serão destinadas aos trabalhadores das unidades de triagem que recolhem os resíduos da Universidade.

Patrimônio histórico

Dia da Doação

Em 8 de dezembro ocorre a 12.ª edição do Dia da Doação, campanha que a Secretaria do Patrimônio Histórico (SPH) organiza para captar recursos destinados à recuperação dos prédios históricos da UFRGS. O Projeto prevê a restauração dos 12 prédios históricos da Universidade, edificados entre o final do século XIX e o início do século XX. Informações: educacaopatrimonial@sph.ufrgs.br ou pelo fone 3308-4217.



E se eles não poluíssem?

Meio ambiente
Veículos elétricos são alternativa à agressão diária à natureza

A cena se repete um dia após o outro em Porto Alegre: fileiras de carros que mal se movem, impedidos de avançar por ruas e avenidas que não foram planejadas para abrigar a quantidade de automóveis que nelas circulam. Esse é o reflexo imediato do crescimento da frota da capital. Além do problema da mobilidade urbana, deve surgir outro, a longo prazo: como os automóveis contribuem significativamente para a poluição atmosférica, a qualidade do ar da cidade vai piorar – a não ser que haja uma reversão de tendência e o número de veículos diminua.

A alternativa à agressão cotidiana ao ambiente são os automóveis movidos a energia elétrica, que não emitem os gases poluentes responsáveis pelo aumento do efeito estufa. Essa é a principal vantagem do carro elétrico, mas não a única. O consumo de combustível cai: “abastecer” com esse tipo de energia custa muito menos do que com gasolina ou etanol – pode-se andar 150 km por menos de 10 reais. Ao contrário do automóvel convencional, o elétrico não produz ruído. Caso o uso deste aumente em detrimento daquele, a extração de petróleo diminuiria – bem como os riscos ambientais por ela provocados.

No entanto, nem tudo são vantagens. O professor Luiz Tiarajú dos Reis Loureiro, do Departamento de Engenharia Elétrica da UFRGS, destaca que o veículo elétrico é mais leve do que o de motor a combustão, mas “depende de baterias, que são pesadas, para armazenar energia e se movimentar”. Para o docente, “a grande limitação” desse tipo de automóvel são as baterias, que dão a ele pouca autonomia – cerca de 150 km de uso, dependendo do modelo. Depois disso, é preciso recarregá-las, o que demora cerca de oito horas. “Isso viabiliza a utilização urbana. Mas em uma viagem, fica difícil esperar esse tempo. A solução proposta é que as baterias sejam substituídas ao longo do trajeto”, segundo ele.

O problema é que isso aumenta o peso do carro. “No estágio atual da tecnologia, o peso com as baterias extra seria maior do que a carga útil do veículo”, diz Tiarajú. É possível recarregar a bateria parcialmente, em menos tempo, mas essa opção reduz ainda mais a autonomia do automóvel. Caso esse problema não seja resolvido, há o risco de as pessoas optarem por ter dois carros, um elétrico, para uso dentro da cidade, e outro convencional, para cumprir distâncias longas – o que não ajuda em nada o meio ambiente. Essa dificuldade poderá ser superada apenas se houver investimento maior em pesquisa.

Atraso – Hoje, o uso de carros elétricos no Brasil é inviável. Não há automóveis desse tipo sendo vendidos no país. Importados, eles sofrem com a alta carga tributária. Sobre o custo dos veículos trazidos do exterior incide uma taxa de 25% do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), outra de quase 20% relativa ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), além de PIS-Confins e IPVA, que variam conforme o estado.

O acúmulo de impostos, que torna proibitivo o preço final, se explica porque os elétricos são enquadrados na categoria “outros”, destinada a carros de luxo. Isso é sintomático da ausência de regulação específica para esse tipo de automóvel e do atraso do país ao lidar com a questão.

O elétrico só poderá ser comercializado a preços razoáveis no Brasil se

houver o reconhecimento de que se trata de veículo cujo uso deve ser incentivado, por conta do impacto ambiental positivo. Do contrário, continuará vulnerável a taxas excessivas.

Em dezembro, começa a vigorar medida protecionista que aumenta em 30% o IPI sobre veículos importados produzidos fora do Mercosul e do México. Essa decisão se justifica porque a importância da indústria automobilística para a economia do país é enorme. Quando a crise financeira internacional começou, em 2008, o governo Lula resolveu enfrentá-la estimulando o consumo da população. Uma das principais medidas – e das mais efetivas – foi a que zerou o IPI dos automóveis.

O Brasil tem hoje o quarto maior mercado automotivo do mundo: as vendas anuais do setor são inferiores apenas às de China, Japão e Estados Unidos. Esse dado chama a atenção de empresas estrangeiras, que são atraídas para o país por conta de sua grande população e pelo fato de que esta tem cada vez mais crédito para comprar carros novos.

O professor Flávio Tadeu van der Laan, do Departamento de Engenharia Nuclear da UFRGS, alerta que, por conta da taxa de imposto pelo governo, a importação de veículos elétricos se tornou inviável. “O Brasil deve produzir um carro elétrico o mais rapidamente possível”, afirma. Ele diz que o preço de um veículo desse tipo pode ser até 30% menor que o de um convencional – o que, no futuro, deve favorecer as suas vendas. Segundo o professor, os valores cobrados por automóveis não são custos reais, ligados à fabricação, e sim à propaganda feita para vendê-los. O que trava a produção em larga escala de carros elétricos é a questão da autonomia. Antes disso, porém, há que ser resolvido um problema de infraestrutura do país: a inexistência de eletropostos que permitam a recarga da bateria dos veículos.

Há um tipo de automóvel menos prejudicial ao ambiente que já é vendido no Brasil: o híbrido, um intermediário entre o convencional e o elétrico. Existem dois modelos disponíveis no país: o Ford Fusion e o Mercedes S400. Em 2012, começa a ser vendido o Toyota Prius, o híbrido de maior sucesso no mundo.

Esses veículos têm dois motores, um a combustão e outro elétrico. Seu volume de emissões é menor que o de um carro comum. Luiz Tiarajú afirma que o híbrido “supera a dificuldade da autonomia, mas, por ter os dois sistemas, torna-se pesado e caro”. Flávio diz que, em termos tecnológicos, um automóvel com dois motores significa “voltar para trás”.

Poderia ser diferente – Nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, existem incentivos tanto para a produção quanto para o uso de veículos elétricos. Segundo o professor Flávio, a indústria automobilística dos países desenvolvidos planeja que, até 2015, 10% dos carros vendidos sejam elétricos. Ele diz que China e Índia estão investindo fortemente em tecnologia para que o desenvolvimento de automóveis desse tipo seja mais rápido. Um estudo da empresa certificadora TÜV Rheinland, apresentado no último Salão de Frankfurt, atestou que 92% dos motoristas indianos e 88% dos chineses estão dispostos a adquirir, nos próximos cinco anos, um carro elétrico.

No Brasil, também uma nação emergente, a situação dos veículos elétricos contrasta com o potencial do país para aproveitar sua energia renovável. Nossa matriz energética é majoritariamente limpa e conta com o maior potencial hidrelétrico do mundo. Inclusive, para o transporte interno em Itaipu, a maior usina hidrelétrica do país, são utilizados modelos adaptados do Fiat Palio que funcionam com energia elétrica.

A matriz energética dos países desenvolvidos não é limpa como a do Brasil, e depende de combustíveis fósseis. Estados Unidos e China, as duas



Engarrafamentos se tornaram rotina nas cidades do país, gerando um sério problema de poluição atmosférica

maiores economias do mundo, têm como fonte majoritária de energia o carvão, altamente poluente. Ou seja, a popularização do veículo elétrico teria impacto ambiental ainda maior aqui do que nesses países, porque neles a energia elétrica é extraída por meios que agredem mais a natureza do que no Brasil.

No Brasil, o uso em larga escala de carros elétricos ainda está muito distante da realidade. Um dos entraves ao desenvolvimento desse tipo de veículo no país é o lobby associado ao etanol, combustível renovável que pode ser usado nos carros flex. É pouco provável que ocorra, nos próximos anos, uma mudança, no setor automotivo, do veículo convencional para o elétrico – e isso certamente não ocorrerá sem que haja forte apoio governamental por esta opção.

Mesmo esse incentivo pode ser insuficiente, caso não haja demanda da sociedade. Em outubro, o governo anunciou a redução de uma linha de financiamento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) destinada à pesquisa e produção de carros elétricos e híbridos – por falta de interessados. De R\$ 1 bi, passou para R\$ 500 milhões. O dinheiro foi realocado para um programa de reconstrução da economia de regiões afetadas por desastres climáticos.

João Flores da Cunha, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fabco

Universidade deve ter grupo dedicado a veículo elétrico

O professor Flávio Tadeu van der Laan é o idealizador de um projeto de criação de um grupo na UFRGS para o desenvolvimento de um carro elétrico. “Tudo surgiu de uma propaganda feita pelo governo passado que falava da criação de um programa de fomento para as universidades desenvolverem o carro brasileiro. Mas, até agora, não saiu o financiamento”, conta, lamentando o que vê como “projeção de curto prazo” da política nacional. Seu colega Luiz Tiarajú, também envolvido no projeto, confirma que “havia expectativa de que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) liberasse algo nessa linha”, mas nenhuma licitação foi aberta.

Para salientar a importância do financiamento, ele observa que “não adianta fazer simulação sem termos um protótipo. Precisamos ver que problemas irão surgir ao longo da construção”. Assim que houver fomento, o grupo integrado por docentes de diferentes áreas

da Engenharia será formalmente constituído.

Flávio diz que “a ideia é fazer o projeto de um carro brasileiro que envolva os alunos”. Ele afirma que “o carro elétrico é um manancial de conhecimento”, e que o projeto traria grande aprendizado para os estudantes. “A UFRGS é um centro de desenvolvimento científico”, ressalta.

O aluno do 6.º semestre de Engenharia Elétrica Igor Pasa desenvolveu por conta própria um veículo elétrico. Usando o conhecimento aprendido nas aulas da Universidade, ele adaptou uma mobinete – ciclomotor (tipo de bicicleta motorizada) da Caloi, muito popular no país nos anos 80 – para movê-la por energia elétrica. Ele funciona com oito baterias e tem autonomia pouco superior a meia hora. Igor investiu 500 reais de seu bolso no projeto. “No Brasil, ainda há pouco incentivo [à inovação]. Existe uma visão de que o melhor é o estrangeiro. O governo aposta em pegar algo já pronto”, diz.



Deputados estaduais discutem projetos na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul



ELIANO DUTRA/JU

Descompasso parlamentar

Reforma política Sem acordo, projeto caminha lentamente na Câmara

Foram quatro votações adiadas desde a apresentação da proposta de Reforma Política pelo deputado Henrique Fontana (PT/RS), relator da Comissão Especial da Câmara, no espaço de tempo de um mês e meio. Na primeira reunião, em outubro, o adiamento foi feito pelo próprio parlamentar que, prevendo a falta do apoio necessário para a aprovação, temeu pelo arquivamento. Foi então estipulado um prazo de 20 dias para que novas emendas fossem apresentadas. Mais três encontros em que a votação deveria ocorrer acabaram cancelados. Uma nova reunião foi convocada para o final de novembro.

É nesse ritmo que caminha a Reforma Política, composta por uma série de medidas para consolidar mudanças na legislação política e eleitoral do Brasil. Para entender o porquê dessa lentidão, o Jornal da Universidade ouviu parlamentares de diferentes partidos e o professor da UFRGS André Marengo.

Depois da instalação de duas comissões especiais em março deste ano para discutir o assunto (uma na Câmara dos Deputados e outra no Senado Federal), a falta de acordo entre partidos e parlamentares fez com que o plano pouco avançasse. O relatório inicial passou por diversas modificações, mas ainda causa descontentamento nos partidos de oposição ao governo, o que torna difícil sua aprovação ainda em 2011. Caso haja acerto para votação, as alterações valeriam apenas a partir das eleições de 2014.

As principais emendas abrangem o sistema eleitoral. Fontana pretendia encaminhar o texto com dois eixos fundamentais: a implantação do financiamento público exclusivo de campanha e do sistema proporcional misto. O modelo de votação para as eleições proporcionais (deputados e vereadores) previa que o eleitor votasse duas vezes: uma em lista fechada – nesse caso, os partidos apresentariam uma lista com nomes pré-ordenados – e outra, em um candidato. Porém, o relator abriu mão dessa ideia, rejeitada

pelo Democratas (DEM) e pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), para não comprometer o elemento base de seu parecer: o financiamento público exclusivo.

Financiamento – O barateamento das campanhas eleitorais, a diminuição da influência do poder econômico no resultado das disputas e o combate ao caixa dois são os principais argumentos dos defensores do financiamento público exclusivo. De acordo com técnicos da Comissão Especial, na corrida eleitoral para presidente, governadores, deputados federais e estaduais e senadores, realizada em 2006, foram gastos 800 milhões de reais. Em 2010, o valor subiu para 4,8 bilhões. Segundo Fontana, “a política brasileira é para quem tem muito dinheiro. Cria-se uma situação absurda em que um candidato a deputado de determinado estado pode gastar 10 vezes mais que outro na disputa pelo mesmo cargo”.

Para o docente do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFRGS André Marengo, “o financiamento público exclusivo serve para equalizar a competição, tornando-a mais igual entre os partidos. Mas, por si só, não tem como coibir o caixa dois”. Ele lembra que “comparativamente com outros casos, o custo da campanha no Brasil é elevado. Algo relativamente simples é diminuir o tempo de campanha”.

Atualmente, já existe um fundo partidário, mas ele tem pouco peso frente ao gasto total, uma vez que a complementação da verba ocorre por financiamento privado. Pela proposta do relator, pessoas físicas e jurídicas poderiam continuar contribuindo. Mas caberia ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) receber o dinheiro, fixar o teto de gastos e distribuir 25% dos recursos igualmente entre todos os partidos e 75% de acordo com o número de votos alcançados por cada legenda na eleição anterior. Além disso, estariam previstas punições para evitar casos de caixa dois. No texto, a prática de arrecadação de verbas ilícitas é tipificada como crime eleitoral passível de pena de reclusão de um a dois anos, cassação de mandato e pagamento de multa.

A utilização de verba pública tem apoio da base aliada do PT no âmbito federal. “Temos que mostrar para a opinião pública que, nesse financiamento atual, ela já paga a campanha – mas de

maneira transversa, sem controle”, afirma o deputado Alceu Moreira (PMDB/RS). O PSOL, que conta apenas com o parlamentar paulista Ivan Valente (PSOL/SP) na Comissão Especial, também é favorável ao sistema, mas rejeita o tópico que garante o direito à doação de pessoas físicas e jurídicas ao fundo público. “Acho que você descaracteriza o lado do financiamento público. A contribuição privada é a raiz da corrupção no nosso país”, ressalta o deputado do PSOL.

Principal partido de oposição, o PSDB se posiciona contra essa ideia. “Seria válida com o sistema de lista, mas nos parece prematuro tratar disso no Brasil”, argumenta o deputado Eduardo Azeredo (PSDB/MG). “O povo não aceita essa medida, pois os partidos já são financiados pelo fundo partidário. Sem um cálculo transparente e uma campanha de informação à população, sou contra”, completa o parlamentar William Dib (PSDB/SP). O ex-governador de São Paulo José Serra também ratificou sua posição contra o financiamento público em seu blog.

Sistema de votação – Esse parece ser o tema que gera mais desacordo entre os parlamentares. A preferência de Fontana era pelo modelo proporcional misto para as eleições de deputados e vereadores. O descompasso com os partidos de oposição levou o relator a migrar para uma proposta de lista flexível – adotada em países como Bélgica, Holanda, Noruega e Suécia. “Se o eleitor concorda com a lista, irá votar na legenda. Caso contrário, votará no candidato. Ao permitir a organização de uma lista por parte dos partidos, se fortalece a democratização dos mesmos”, explica Fontana. A opção por um modelo parecido com o adotado atualmente tem por objetivo garantir a aprovação de outros pontos da Reforma.

Entre esses pontos, está o fim das coligações partidárias nos pleitos para deputados e vereadores. Pelo sistema em vigor, cada partido ou coligação deve atingir o quociente eleitoral – valor obtido dividindo-se o número de votos válidos pelo número de vagas na Câmara – para eleger pelo menos um concorrente. Os votos obtidos além do quociente por um deputado com votação expressiva são utilizados para garantir lugar para outros candidatos da mesma coligação. É o caso do humorista Tiririca, que, com mais de

1 milhão e 300 mil votos, ajudou a eleger três deputados federais de sua legenda em 2010. Já a candidata do PSOL gaúcho, Luciana Genro, nona mais votada no último pleito, mesmo alcançando 129 mil votos, acabou prejudicada pelo fato de seu partido concorrer independentemente, e não obteve vaga na Câmara.

Pela proposta, seriam mantidas as alianças para as disputas eleitorais majoritárias – para escolha de presidente, governadores, senadores e prefeitos. “As coligações são muito importantes em eleições majoritárias para termos governos representando uma maioria”, diz Marengo. Ele defende, entretanto, o fim da união de partidos nos votações para deputados e vereadores. “Elas são uma tentativa de driblar o princípio da representação proporcional. Um pequeno partido, incapaz de alcançar o quociente eleitoral, acaba se beneficiando da transferência de votos e tendo acesso à representação legislativa”, afirma.

“As coligações são feitas de maneira tática nas vésperas de eleição e terminam logo após o pleito. Os partidos que efetivamente tiverem identidade política e quiserem fazer uma coligação programática vão ter a responsabilidade de registrar um programa, constituir uma federação partidária e terão que andar no mínimo três anos em conjunto”, explica o relator da Comissão Especial. Essa questão conta com apoio dos parlamentares do PSDB, PT, PSOL e PMDB, ouvidos pela reportagem. Além disso, o DEM confirma em seu site a adesão à emenda que prevê o fim das alianças.

Sem entendimento – Mesmo que os partidos cheguem a um acordo para que seja votada na próxima reunião da Comissão Especial da Câmara, a Reforma segue ameaçada pela falta de consenso. Fontana, inclusive, acena com a possibilidade de votar os termos em separado para facilitar a tramitação do projeto. “Acho pouco provável que ela seja aprovada. Há uma razão que torna reformas difíceis em qualquer lugar do mundo: elas têm que ser aprovadas por aqueles que foram eleitos pelo sistema vigente. Por mais que o deputado seja crítico, ele foi eleito nesse sistema”, argumenta o professor André Marengo.

Os parlamentares consideram difícil chegar a um ajuste. “Depende das concessões que o relator esteja disposto a fazer. O meu receio é que se faça tanta concessão que a Reforma se torne uma inutilidade ou até piore a situação atual”, ressalta Ivan Valente. “Mesmo dentro dos partidos, as opiniões são variadas. Não será possível aprovar neste ano. Mas algumas alterações podem ser feitas no ano que vem”, indica Eduardo Azeredo. O deputado Alceu Moreira cobra participação do presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT/RS), para que os termos para votação sejam acordados. “Se o presidente quiser, ele busca entendimento com os líderes e põe em votação. Se conseguirmos aprovar a forma de financiamento e o sistema eleitoral estamos prontos para fazer votação no plenário”, diz.

Luiz Eduardo Kochhann, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fabco

Principais propostas de Reforma Política

Financiamento público exclusivo: Ponto fundamental do texto do relator. As campanhas eleitorais seriam pagas somente com dinheiro público. Pessoas físicas e jurídicas poderiam realizar doações ao fundo.

Fim das coligações partidárias: É o termo mais próximo de um acordo. Ficariam proibidas as alianças para eleições proporcionais (deputados e vereadores), mas mantidas para pleitos de presidentes, governadores e prefeitos.

Sistema de votação: Questão que gera mais discussão entre parlamentares. Dentro dos próprios partidos, há divergências em relação ao sistema a ser

escolhido. O deputado Henrique Fontana deve optar por um modelo de lista flexível, muito parecido com o adotado atualmente.

Participação Democrática: A proposta pretende ampliar os mecanismos de participação da sociedade nas esferas políticas. Assim, qualquer cidadão pode redigir um projeto, protocolar na Câmara Federal e disponibilizá-lo em um site. Quando atingir 500 mil assinaturas virtuais ou físicas, o projeto passa a tramitar. Com 1 milhão de assinaturas, entra em regime de urgência. Emendas constitucionais têm exigência de 1 milhão e 500 mil assinaturas para tramitar e 3 milhões para entrar com urgência.



FLÁVIO DUTRA/JU



Maria Lautert ajuda a preparar o almoço na cozinha do RU do Câmpus Saúde

Da dobradinha ao brócolis

Assistência As mudanças na alimentação e infraestrutura dos Restaurantes Universitários da UFRGS

Caroline da Silva

Terceiro texto da série dedicada aos 15 anos do JU, a reportagem aborda a evolução por que passaram os RUs.

A tradição de descascar laranja com colher passa de veteranos a calouros há pelo menos seis décadas. No site de vídeos YouTube há um tutorial passo a passo da prática com a justificativa: “Não podemos deixar a cultura do RU se perder”. Apesar de anedótico, o procedimento é realmente o mais indicado para saborear uma das mais tradicionais sobremesas dos Restaurantes Universitários da UFRGS, que no passado tinham facas pouco afiadas.

Além de receber os talheres com serrilhas novas, os refeitórios da Universidade passaram por muitas transformações nos últimos anos. Em 2008, por exemplo, foi entregue à comunidade acadêmica o quinto restaurante, no Câmpus Olímpico. No momento, está sendo feita a tomada de preços para a contratação da empresa responsável pela construção do RU6 no Câmpus do Vale, contemplando o Instituto de Informática e o de Biotecnologia, cujos prédios ficam mais distantes do RU3. Segundo Elton Luís Bernardi Campanaro, vice-secretário de Assistência Estudantil, a obra deve ser concluída somente em 2014.

Bandeja-modelo – Em 8 de março de 2006, o RU2 começou a operar no prédio novo do Câmpus Saúde. Antes,

ele recebia os estudantes em um espaço restrito no térreo do Instituto de Psicologia (chamado anteriormente de Ciclo Básico), onde hoje funciona a biblioteca daquela faculdade. Conforme Salete Braga Medeiros, nutricionista-chefe desse restaurante, a janta começou ali em 2007: “O RU do Centro sempre serviu almoço e janta. No Vale, a refeição da noite também é mais recente. O restaurante do Câmpus Olímpico está servindo janta a partir deste ano”.

Funcionária da UFRGS há 26 anos, Salete percebe diversas alterações: “Mudou totalmente o espaço físico dos RUs como um todo, e houve a compra de alguns equipamentos para melhorar a infraestrutura”. A aquisição de fritadeiras de imersão em que é possível reaproveitar o óleo diminuiu os custos para a Universidade. E nos novos fornos, as cozinheiras conseguem fazer o frango assado para 1.800 pessoas sem consumir 1 ml de óleo. “O RU2 foi projetado para 800 refeições/dia, mas hoje estamos servindo entre café da manhã, almoço e jantar 1.800 refeições.”

As melhorias refletiram na própria alimentação. “Em termos de variedade, conseguimos evoluir bastante do tempo que entrei aqui, quando se servia bife de fígado e as carnes tinham que ser fatiadas. O frango vinha inteiro, nós tínhamos que cortar. Depois, conseguimos mudar a visão do pessoal que trabalha nas licitações sobre o custo/benefício. Por que compramos o bife de peito de frango e não o frango com osso? Justificamos que estávamos pagando pelo

osso, que não consumimos. Além disso, se pode fazer outras preparações com o peito do frango desossado”, explica a nutricionista.

Alguns vilões do cardápio, que faziam muitos fugirem do RU, foram banidos com o passar dos anos. “Vinha a peça inteira do fígado e tínhamos de fatiá-la para servir. O desperdício era muito grande e diminuía o número de refeições quando servíamos essa preparação. Dobradinha também, por isso tiramos do cardápio.” Salete lembra que, quando começou a trabalhar, não se servia brócolis, beringela, abobrinha, couve chinesa, e a variedade das saladas era restrita. “Aos poucos, fomos introduzindo esses vegetais. Já que estamos aqui para atender a clientela, tentamos produzir uma coisa e outra diferente para que todo mundo tenha a oportunidade de receber alimentação”, comenta.

Custos – O Secretário de Assistência Estudantil Edilson Amaral Nabarro frisa que a portaria que instituiu os preços que vigoram até hoje no RU é de 1995: R\$ 1,30 para os alunos (R\$ 0,50 para quem tem carência), R\$ 1,75 para funcionários e R\$ 2,40 para credenciados (essa modalidade abrange indivíduos que não têm vínculo, mas que estão em atividade na UFRGS, como o recente caso dos participantes do 5.º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária).

“O custo médio da refeição, levantado pela EPR Consultoria (empresa júnior do curso de Engenharia de Produção da UFRGS), de acordo com dados

apurados no RU1 no período de julho de 2008 até agosto de 2009, era de aproximadamente R\$ 5,53. No entanto, esse valor varia de acordo com os preços de mercado e não foi recalculado. Os valores arrecadados em média são de R\$ 1,10 por refeição. Isso significa que a universidade subsidia em torno de R\$ 4,43 por refeição”, informa Claudio Adriano Lassen, coordenador de Compras e Execução Orçamentária. O vice-secretário Campanaro explica que as verbas vêm do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com complementação orçamentária da própria Universidade.

Estudante de Engenharia de Alimentos de 1995 a 2001, o técnico judiciário do TRT Cristiano Angelini analisa: “O preço é, sem dúvida, muito baixo e poderia ser maior. Acho que a qualidade era condizente com o valor. Com relação à higiene e segurança alimentar, nunca tive preocupações”, conta o egresso, que frequentava o RU3 em média uma vez por semana “pelo preço e rapidez”. Como em algumas vezes o engenheiro tinha aulas pela manhã e também à tarde no Vale, ele alternava entre o RU e outro restaurante, dependendo do cardápio e do tempo disponível. “Eu não gostava da carne, principalmente quando tinha algum tipo de picadinho. Em geral, quando havia carne de gado eu fugia”, brinca Cristiano.

Cinco estrelas – Praticidade também era o que buscava a jornalista Ana Esteves na década de 1990: “Estudei de

1992 a 1996 e costumava comer no RU do Básico. Era uma opção prática em função dos horários malucos da Fabico, com aulas pela manhã e à tarde e grandes intervalos entre os turnos”. Desde 2008, ela cursa Veterinária na UFRGS e frequenta o RU da Agronomia (Cefav) três vezes por semana, pela proximidade e pelo custo baixo. “Também gosto de desopilar um pouco e trocar ideias com os colegas. Costuma ser um momento de socialização e descontração”, destaca.

Ana avalia que hoje o cardápio está bem mais incrementado: “Temos peixe, imagina só! Saladas variadas, em alguns dias suflê de legumes”. A nutricionista Salete diz que a carne de peixe é bastante requisitada, sendo solicitada a ser servida uma vez por semana. Também é questionada a quantidade de sal na comida. “Acho que a consciência das pessoas em relação à alimentação mudou bastante e a mídia tem muita influência nisso”, comenta a responsável pelo menu.

Já a jornalista e futura médica-veterinária elogia a diversidade da sobremesa: “Mandolates, goiabada e, claro, a tradicional laranja, a famosa gelatina sabor ‘pinho sol’ e o pudim de morango. Um dos rituais do RU que eu só aprendi agora foi descascar laranja com uma colher de sopa”. Ana Esteves também cita as melhorias de infraestrutura na Agronomia. “Colocaram cadeiras e mesas novas, trocaram os talheres, muitas bandejas, tá quase cinco estrelas”, compara a estudante.

Desfazendo os mitos e lendas dos RUs

Há meses, os Restaurantes Universitários da UFRGS não têm oferecido a opção do suco a ser adquirido por R\$ 0,30. A estudante de Veterinária Ana Esteves considera a ausência do refresco um ponto fraco: “Temos apenas um bebedouro e acabamos comprando refrigerante”. Chegou a circular o boato de que haveria uma bactéria na máquina do suco e por isso ele foi suspenso.

O coordenador de Compras e Execução Orçamentária Claudio Adriano Lassen explica a real causa: “Tínhamos um contrato anual de fornecimento com

a empresa J Alimentos, porém durante a execução do mesmo a empresa deixou de fornecer o produto alegando não ter matéria-prima”. Segundo o funcionário da Secretaria de Assistência Estudantil, a empresa foi judicialmente notificada, mas mesmo assim não entregou mais o suco.

Foram então feitos encaminhamentos legais quanto à responsabilização e punição da empresa pela inexecução contratual. “Ocorre que esse contrato previa também o fornecimento em comodato de refresqueiras, as quais, após a interrupção do fornecimento, foram

retiradas pelo fornecedor.” Sem elas, mesmo que se fizesse uma contratação emergencial para fornecimento do suco, não haveria onde diluí-lo e mantê-lo refrigerado para servir aos usuários dos RUs. Lassen afirma que também foi solicitada a compra dos equipamentos, mas como são caros, foi necessária a abertura de Processo Licitatório. “Encaminhamos também a licitação para fornecimento de suco. Em 2012 a situação deverá se normalizar”, garante o responsável.

Além da bactéria no refresco, a

nutricionista-chefe do RU2 Salete Medeiros lembra de outras lendas que rondam o Restaurante Universitário: “Já ouvi a história que tinham encontrado um rato dentro da máquina do suco no Centro”. Ela também resgata a lenda de que haveria bicarbonato de sódio do feijão e por isso a comida faria inchar. “Isso ocorre porque não sabem se servir na bandeja. Se servem demais, comem demais, incham. Eu já fiz o teste. Se pegar a quantidade da bandeja e servir em um prato, ele transborda”, atesta a profissional descartando a veracidade dessas

Você sabia?

- O RU já serviu refrigerante, leite e pãozinho acompanhando as refeições.
- Um processo foi aberto na reitoria sobre a alimentação dos vegetarianos.
- Ainda existe no sistema de compras a opção do leite para os frequentadores dos restaurantes.
- Já existe a opção da guarnição sem proteína animal, basta fazer a solicitação na cozinha.
- A bandeja, que é vendida a R\$ 1,30 para alunos e R\$ 1,75 para servidores, na realidade custa mais de R\$ 5,53 para a Universidade.



Luciane Führ, aluna do curso de Licenciatura em Matemática, vestindo o traje reservado aos veteranos da secular universidade portuguesa

Aprendendo longe de casa

Intercâmbio Estudantes da UFRGS contam como é estudar em Coimbra

Everton Cardoso

A zona comercial de Coimbra tem o aspecto típico das cidadezinhas que se organizaram muito antes que as ruas precisassem oferecer passagem para carros. Essa combinação de edifícios baixos com o sotaque luso dos transeuntes inevitavelmente remete ao imaginário algo bucólico associado a Portugal e seus habitantes. À beira do rio Mondego, que corta o vale entre as duas partes elevadas da cidade, está o Largo da Portagem, onde se concentram cafés e restaurantes. Em uma mesa posta ao sol, esperei pelo primeiro grupo de alunos da UFRGS que participam do Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI) na Universidade de Coimbra (UC) e já moram na cidade há um ano. Depois de um breve desencontro, chegaram Maikon Toledo e Luciane Führ, ambos estudantes de licenciatura em Matemática.

“Encontrei muita gente de lugares diferentes, isso sem falar no conhecimento!”, avalia Maikon já de início. Além da qualidade do curso, o fato de os professores da Universidade de Coimbra estarem à disposição em seus gabinetes chama a atenção do estudante que, na UFRGS, estava em seu terceiro semestre de estudos. Quando começamos a conversar sobre a experiência de viver longe da cidade natal, ele conta que ficou apavorado quando soube que embarcaria para dois anos de estudo em Portugal. Ainda que

tenha feito vários amigos em Coimbra, o estudante diz ter tem muita vontade de voltar para casa. E isso mesmo com a possibilidade de falar por celular a um custo aproximado de R\$ 0,15 por minuto, e matar a saudade da mãe. Quando pergunto do que ele mais sente falta no Brasil, dispara: “Feijão! Feijão! Feijão! A comida daqui não é ruim, mas não é como a brasileira”. Quanto à diferença linguística, Maikon a superou facilmente: “Às vezes, sem perceber, estou falando como os portugueses”.

Participante de um grupo que auxilia na liturgia da missa em uma igreja de Coimbra e também de um conjunto de dança folclórica portuguesa, Luciane está ambientada ao lugar e, assim, ameniza a saudade da família e dos amigos. Esta foi a primeira vez que a estudante saiu do Brasil. Para quem nem sequer havia andado de avião, só a oportunidade de conhecer países como Itália, Suíça, Espanha e Portugal já seria boa. Mas ela enfatiza o fato de o curso em Coimbra – que descreve como “muito mais científico” – oferecer disciplinas às quais ela não teria acesso na UFRGS. Isso se explica principalmente porque, em Portugal, não há cursos superiores de formação docente como no Brasil. Os portugueses fazem uma formação de três anos em um formato que se assemelha ao dos bacharelados brasileiros. Depois, se querem dar aulas, precisam fazer mestrado voltado para o ensino. Quando pergunto sobre seus planos no retorno ao Brasil, Luciane diz que, antes de mais nada, precisa estudar por mais um ano e meio na UFRGS, concluindo o processo de dupla titulação previsto para alunos do PLI. “Preciso fazer a parte mais pedagógica do curso e o estágio. Depois, pretendo tentar um mestrado e seguir a carreira acadêmica.”

Recém-chegados – Terminada a conversa com os veteranos, encontrei os que chegaram a Coimbra em setembro de 2011 para participar do PLI. Como

eram muitos, decidimos ir para um parque situado na orla do rio Mondego.

O lugar lembra uma paisagem de cartão postal: um rio com uma ponte, um barco solitário meio que à deriva e parte da cidade em um morro ao fundo. Com essa vista e à sombra de plátanos, os estudantes de Artes recém-chegados a Coimbra Angela Longo, Bruno da Silva, Geovana Rossini, Helena Alibio, Johny Vieira, Maíra Ochoa e Samira Micheli expuseram suas primeiras impressões. Pelo pouco tempo que estão na cidade e na Universidade, os relatos giraram muito mais em torno das aventuras de recém-chegados. Geovana, por exemplo, contou que não sentiu um choque cultural, talvez pela presença de muitos brasileiros.

A análise de Bruno partiu para o tema da comida. Tal qual Maikon, ele estranha a falta de tempero e o pouco sal. E complementa com uma anedota: “Estávamos na secretaria esperando para fazer a matrícula quando uma gurria que estava por perto falou sobre um restaurante que tinha feijão. A Geovana saltou perguntando ‘Feijão? Onde?’”.

Apesar da saudade da comida da terra natal, os estudantes de Artes divertem-se com a rotina de viver juntos praticamente 24 horas por dia. “Criamos quase que uma nova família”, relata Geovana. Johnny completa: “A única coisa que não fazemos juntos é tomar banho!”. Os sete estudantes divertem-se dizendo que estão vivendo uma espécie de *reality show*. “Dizemos entre nós que vamos eliminar alguém”, brinca Maíra. E ela, assim, relativiza a solidão: “Não é exatamente morar sozinho...”

Rotina organizada – Helena revela que o grupo fez uma espécie de reunião de condomínio a fim estabelecer regras para organizar a rotina diária e evitar desentendimentos. “No outro dia pela manhã já não dava nada certo!”, exclama. “A geladeira fica bem ‘conturbada’. E, então, já não nos achamos mais.”

Adaptação às diferenças

Durante a conversa com os alunos que estão em Coimbra há mais de um ano, juntou-se ao grupo Roberto Soares, estudante do terceiro semestre de Letras na UFRGS. Ele avaliou comparativamente os dois cursos: “Em termos de conteúdo linguístico estamos mais avançados, pois estudamos além do que está nas gramáticas tradicionais. Em termos de literatura portuguesa, em Coimbra os professores são mais especializados”. Roberto conta que se adaptou com facilidade à vida estudantil da cidade: é “comensal” de uma república, onde janta diariamente – isso significa que ele é um potencial candidato a habitante da casa no futuro. Em Coimbra, as repúblicas são residências autogeridas em que vivem várias pessoas, estudantes ou não. Além disso, Roberto participa do Conselho Pedagógico da Faculdade de Letras. “É um espaço em que professores e alunos discutem métodos de avaliação, horários e outros temas relativos à vida acadêmica”, explica.

Ao lado de Luciane Führ e Maikon Toledo, Roberto revela certas particularidades da vida acadêmica coimbrã. A primeira delas é que há um traje usado pelos estudantes veteranos na universidade: terno e gravata pretos – com saia para as mulheres e calça para os homens –, camisa branca e uma capa preta sobre os ombros. Mas o direito de usar essa roupa precisa ser conquistado pelos calouros: eles têm de se submeter às praxes, espécie de trote que dura um ano inteiro. “Não viste ainda um grupo de estudantes enfleirados gritando por aí?”, indaga Roberto expressando certo desacordo com

o costume. Outra prática corriqueira está relacionada à nota. Ainda que a máxima seja 20, é muito raro um professor atribuí-la, mesmo que o aluno tenha tido 100% de aproveitamento na disciplina. Em geral, quem tem desempenho excelente chega no máximo a uma nota 15 ou 16. Se quiser pleitear uma pontuação mais alta, precisa “defendê-la”, ou seja, submete-se a um novo exame – geralmente oral.

A bolsa mensal que os estudantes do PLI recebem da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão vinculado ao Ministério da Educação do Brasil, é de 600 euros – cerca de R\$ 1.400. De acordo com os três estudantes, com esse valor é possível pagar aluguel, comprar o que precisam no supermercado, adquirir livros e ainda sobra pra viajar. “O que recebemos é mais que o salário mínimo nacional português, que é de 475 euros”, pondera Roberto. E Luciane reforça: “A gente consegue ter uma vida boa aqui. Hoje meu custo mensal, incluindo comida, é de 350 euros”.

O baixo custo de vida e a boa remuneração também facilitam a vida social. Maikon conta que, em Porto Alegre, ele pouco saía para se divertir à noite. “Eu nunca tinha dinheiro. Aqui a bolsa é boa, então consigo sair mais”, explica. Luciane também aproveita a segurança da cidade e os baixos preços, pois na maioria dos lugares de vida noturna não se paga para entrar. “Dá para se divertir sem gastar quase nada”, comemora. Mas Roberto relativiza: “Eu não morro de saudade de Porto Alegre, mas sinto falta da vida cultural. Aqui só tem um cinema na cidade, um teatro”.

Semelhante é o caso do grupo de estudantes de Educação Física: seis deles dividem a mesma casa – Aline Porto, Araton Costa, Bruno Ramirez, Daiane dos Santos, Daniel Fagundes e Priscilla da Silva. Isadora Prates mora com um grupo de brasileiros que já vivia em Coimbra, pois preferiu fazer contatos antecipadamente e chegar à cidade com lugar definido para morar. A conversa começou com os relatos das primeiras semanas em Coimbra. Afinal, chegar a uma cidade diferente em outro país, procurar um lugar para morar, regularizar toda a documentação e, claro, fazer matrículas e iniciar as aulas não é um processo fácil. “Demoramos um pouco pra nos adaptarmos ao ritmo daqui”, analisa Daniel. Aline diz que, em algumas das disciplinas que cursa, chegou depois que as aulas já haviam começado. “O professor me olhava e dizia não saber o que fazer comigo”, relembra. Mas a situação parece ser minimizada pela hospitalidade da população local, como constatou Daiane: “Os portugueses, apesar de mais reservados que nós, nos receberam muito bem.”

Quanto às aulas, todos destacam que as disciplinas que não são oferecidas pela UFRGS são as que mais chamam atenção. Daiane menciona uma disciplina que todos estão cursando neste semestre: Orientação. É uma espécie de caça ao tesouro em que o professor dá um mapa com pontos – inclusive fora da zona urbana da cidade – que têm de ser localizados no menor tempo possível. “O Araton se perde sempre”, brinca Isadora. Ele, aliás, é o favorito da turma quando se trata de ‘tirar sarro’. Segundo os colegas, Araton é atrapalhado. Ele, claro, contesta e se defende. Priscilla também é alvo de piadas por não revelar sua idade. Durante a conversa, eu mesmo acabei ficando curioso e tentei descobrir, mas não houve jeito.

Divisão de tarefas – Quando pergunto como tem sido a convivência

do grupo em casa, Aline é a primeira a fazer uma avaliação: “Dividimos bem as tarefas e, por enquanto, está funcionando bem. Na primeira semana, as meninas fizeram a limpeza mais pesada; na segunda, os meninos.” Priscilla imediatamente justifica: “Dividimos assim porque os guris têm o hábito de deixar tudo na mão das gurias. É muito desonesto ter uma menina no meio dos meninos, pois eles não iriam fazer nada”. “Eu não concordo com isso”, dispara Daniel, apoiado imediatamente por Bruno e Araton. Segundo eles, essa foi uma imposição do grupo feminino. “Somos cavalheiros, por isso aceitamos”, explica Daniel.

Quanto às compras, também criaram um sistema de organização. “Temos um caderninho em que cada um anota o que compra para a casa. É tudo compartilhado. Quem usa a louça, lava o que usou. Por enquanto está dando certo, damos muita risada”, conta Daiane. A rotina do grupo é pontuada pela diversão, tanto é que contaram que muitas vezes se reúnem no quarto de Priscilla e, no auge das gargalhadas, ouvem batidas na parede compartilhada com a casa ao lado: é a vizinha batendo para avisá-los que a algararra a incomoda.

Quando vamos terminando a conversa, pergunto quais as intenções e planos de cada um deles. Daiane diz esperar corresponder à expectativa da UFRGS. “Estudar aqui vai ser muito bom para a minha formação profissional e até mesmo para depois conseguir um mestrado”, avalia, mesmo que a saudade de amigos, parentes e namorado a tenha deixado um pouco triste. E é exatamente neste ponto que Isadora resume no que consiste o aprendizado em um intercâmbio como o PLI: “A gente aprende a lidar com a saudade, conhece lugares e pessoas novas, tem disciplinas diferentes. Não é só crescimento profissional, é pessoal também. É uma experiência única, uma oportunidade que muito poucos têm”.

Especial



RAMUNDO SOARES/ACERVO CORREIO DO POVO

Nos tempos dos Bailes da Reitoria...

TEXTO **EVERTON CARDOSO**
COLABOROU **MARINA PELISSARI**
ARTE **GUSTAVO DEMARCHI**

Memória As festas estudantis no salão da UFRGS reuniram a juventude porto-alegrense nos anos 1950 e 1960

No fim da década de 1950, os bondes ainda circulavam pelo centro de uma Porto Alegre de pouco mais de 600 mil habitantes. A época, frequentemente rememorada como “os anos dourados”, era de bastante otimismo no Brasil, embalado pelo crescimento econômico, pela construção da nova capital, Brasília, e também por profundas mudanças nos hábitos da população jovem. Essa era a juventude que aos poucos se tornava transviada e comprava seus primeiros compactos de rock’n’ roll. Foi assim que chegaram ao país os primeiros hits estrangeiros em versões cantadas em português: o “Oh! Oh! Cupido!/ Pra longe de mim”, de Celly Campello, foi muito mais conhecido por aqui que o “*Stupid Cupid/ Stop picking on me*”, de Connie Francis.

Num tempo em que as segundas-feiras eram marcadas pelas estreias nos cinemas, a capital contava com quase 40 salas “de calçada”, como o Guarani e o Cacique. Para os que preferiam os filmes “cabeça”, o predomínio era dos franceses. Essa era a turma que formaria os cineclubes, tão marcantes na cena cultural porto-alegrense na década de 1960. Para quem queria aproveitar o escurinho para namorar, a melhor opção eram os *westerns*, os romances e os filmes com as celebridades do momento. Marilyn Monroe, talvez o maior ícone do período, já havia escandalizado o mundo com a famosa cena de seu vestido branco em O pecado mora ao lado (1955) e, naquele fim de década, voltava às telas já consagrada como *sex symbol* na comédia Quanto mais quente melhor (1959).

Os costumes, então, começavam a mudar, mas os moderníssimos arranha-céus que davam uma nova cara ao centro da cidade contrastavam com o modo de vida conservador na capital. Os jovens ainda viviam sob a rígida guarda de seus pais e o *footing* na Rua da Praia era o passatempo favorito. Nas noites dos fins de semana, o fuzú acontecia nos clubes sociais e em algumas poucas

casas noturnas da cidade. O Mil e Uma Noites foi o *night club* mais elegante e conhecido daqueles tempos. O edifício de traços modernistas construído na Vila Assunção era imponente, tanto que as pessoas se referiam a ele como “palácio”. Desde a inauguração, em 1948, o local sediou shows, bailes de carnaval e festas de réveillon. Porém, era nos bailes como os do Clube do Comércio e do Leopoldina Juvenil que as mocinhas casadoiras procuravam seus pretendentes. A patota que não pertencia ao seletivo grupo precisava procurar alternativas. A principal delas eram as reuniões dançantes organizadas pelos centros acadêmicos da UFRGS. Ao folhear edições do jornal Correio do Povo daqueles anos, é comum encontrar, na coluna Casas de Ensino, anúncios dessas festas.

No final de 1957, mais ou menos na mesma época em que a cadela russa Laika foi ao espaço a bordo do satélite Sputnik II, isso começou a se modificar. A UFRGS, federalizada em 1950, precisou construir um prédio para a sua administração central, que antes funcionava na Faculdade de Direito. A opção foi por criar um local em que também fosse possível a realização de eventos culturais e sociais. A partir de dezembro de 1957, a inauguração do novo edifício da reitoria, que contava com salão de festas, restaurante, auditório e outros espaços, a vida social porto-alegrense foi aos poucos se modificando. Além das cerimônias e bailes oficiais organizados pela instituição, outros eventos sociais vinculados aos Centros Acadêmicos e ao Diretório Central de Estudantes passaram a se realizar naquele edifício. Foi quando começaram os sempre lembrados Bailes da Reitoria. Esses eventos foram tão emblemáticos na história da cidade, que é difícil falar do contexto daquela década sem citá-los. Lá se encontravam para dançar e paquerar os estudantes meio sem grana, as mocinhas “de família”, o pessoal mais *prafrentex*, os mais bacanas, enfim, boa parte da juventude da capital.

Ao som de uma orquestra – O bafafá começava muito antes da data marcada: era preciso ir até o centro acadêmico que organizava o baile para comprar ingressos e mesas – estas disputadíssimas. As gurias começavam os preparativos muito antes: tinham de providenciar roupa, arrumar cabelo – famosos eram os coques recheados com palha de aço para dar volume –, e tudo mais para chegar ao baile como uma uva. Elas, aliás, dificilmente iam sozinhas ao evento; tinham que levar um ‘chá de pera’: mãe, pai, irmãos, enfim, alguém que atrapalhasse os planos dos gurus que tentassem passar dos limites. Por isso, se dizia que, antes de conquistar

“Esses eventos foram tão emblemáticos na história da capital gaúcha, que é difícil falar do contexto daquela década sem citá-los”

o broto, era preciso conquistar a mãezinha – ou burlar a vigilância, dançando pelo centro do salão escondidos na multidão de casais. No grande dia do baile, ainda antes das onze da noite, todos começavam a chegar. No enorme prédio as colunas do hall principal levavam à escadaria de mármore – lugar preferido para as fotos. A imponência do lugar, projetado por Frederico Michel Muller – professor da Faculdade de Arquitetura –, dava à chegada um ar de grandiosidade.

Depois de subir os trinta e quatro degraus da monumental escada, era a hora de adentrar o salão. Quem comprasse mesa logo ia se acomodando para esperar que o conjunto musical começasse

a tocar. Mas ficar sentado era para os brotos. Os rapazes normalmente se posicionavam de pé, próximos às paredes da entrada. E era justamente por aí que ficavam as mesas mais disputadas, afinal os gurus não precisariam cruzar o salão para chegar à moça escolhida para dançar. Mesas próximas da orquestra, então, nem pensar! Na chegada, o bacana era tomar uma cuba libre – combinação de Coca-cola com rum – ou um gin fizz – drinque de gin com suco de limão, água tônica e muito gelo.

“Adeus, priminha,/ que eu vou-me embora/ Não sou daqui, ai!/ Sou lá de fora.” Quando tocava a tradicional cantiga sul-rio-grandense, todos sabiam que eram onze em ponto e que o Conjunto Melódico de Norberto Baldauf – o mais famoso e assíduo animador das festas no salão da UFRGS – então dava início ao baile. Pela lembrança do líder, pianista que dá nome ao grupo, a primeira música era sempre um samba, de preferência um dos mais conhecidos – os de Ary Barroso estavam entre os favoritos. “Depois, entravam os boleros e música cubana. Valsa não podia deixar de ter também, e assim a gente ia”, relembra. Rock, de acordo com Norberto, só os grandes sucessos. “A gente tinha sempre um repertório atualizado em função do nosso trabalho na rádio Gaúcha. E naquela época também havia muitos contatos com artistas que vinham do Rio de Janeiro e de São Paulo com as últimas novidades musicais, então a gente aproveitava e já lançava também”, ressalta.

Popular naqueles anos de tantos bailes, Norberto Baldauf diz que era impossível cruzar a Rua da Praia sem ser assediado por seus fãs. “Vinha todo mundo querendo abraçar e cumprimentar, eu ficava satisfeítíssimo”, lembra. O músico revela que chegava a receber cantadas das moças que frequentavam os Bailes da Reitoria, mas sempre foram histórias ocasionais, que acabaram não marcando. “Eu tenho saudades daquela época, mas sigo fazendo minha musiquinha. Volta e meia a gente toca, e o conjunto continua atuando”, alegra-se.

Nos 77 anos da UFRGS, comemorados em 28 de novembro, o JU resgata a memória dos bailes que marcaram a vida social e cultural da cidade

“Nos conhecemos num Baile da Reitoria”

Athos Stern, no final dos anos 1950, tinha trinta e poucos anos e já era professor da Engenharia na UFRGS. Rapaz boa pinta, não perdia os Bailes da Reitoria. E foi justamente num desses famosos eventos, em 1961, que viu Claudia Hamke pela primeira vez. Ele estava acompanhado de uma namorada e ficou observando de longe aquele brotinho que dançava pelo salão. Ele diz que ela correspondia, ao que Claudia imediatamente reage: “Não olhei, não! Nunca ia olhar, ele estava na mesa com namorada e tudo!”.

Como no baile o que mais contava era impressionar os rapazes, Claudia aprendera a dançar em casa, treinando com seu irmão mais velho. Nas festas da reitoria, já na primeira música, ele a tirava para “abrir o baile”. Assim, mostrava a beleza e desenvoltura da irmã nas várias voltas que davam pela pista de dança.

Na mesma noite em que viu Claudia pela primeira vez, Athos perguntou a uma prima quem era aquela moça. Soube, então, que o broto costumava ir a bailes no Leopoldina Juvenil, assim como ele. Em uma próxima festa do clube, Athos, um tremendo pé de valsa e já livre da namorada anterior, convidou a moça para dançar. O casal, então, começou a conversar durante a dança, e Claudia mencionou que haveria um “jantar de solteiros” nos dias seguintes. Ele não a convidou de imediato, mas apareceu na casa dela alguns dias depois, conheceu os pais, e fez o convite para o encontro. Os pais da jovem Claudia, que então tinha 17 anos, ficaram encantados com a “distinção” do moço. Depois do jantar, dançaram e conversaram bastante naquela noite; algum tempo depois, começaram a namorar.

Claudia, ainda muito jovem, queria brincar e se divertir. O namoro, assim como o namorado onze anos mais velho, eram muito sérios, por isso resolveu terminar. Para sua surpresa, porém, no verão seguinte, enquanto veraneava com a família na praia de Imbé, chegou em casa e lá estavam 21 patinhos de brinquedo. Era um presente de Athos, que os ganhara em um jogo de tiro ao alvo para tentar fazer a menina gamar. A mãe de Claudia, que recebera o rapaz na ausência da filha, disse que ele parecia muito triste e que havia dito que Claudia era “a primeira mulher da vida dele com quem tinha intenções sérias”. Logo em seguida, veio o Carnaval e, mesmo dançando e se divertindo com outros moços, Claudia se pegou pensando naquele rapaz mais velho, sério e meio quadrado. Eles voltaram a namorar em seguida. O namoro mesmo durou um ano. Depois, mais dois anos de noivado e, finalmente, o casamento em 1964. “Foi tudo nos conformes!”, relembra Claudia.

Mesmo casados, continuaram a frequentar por mais alguns anos os Bailes da Reitoria, lugar de seu primeiro encontro. As recordações, claro, são agradáveis: “Pode conversar com qualquer pessoal egresso da Universidade

que teve a oportunidade de ir aos Bailes da Reitoria; é a melhor lembrança que se tem daquela época. As moças lindas, os rapazes todos bem arrumados, era um espetáculo”, descreve Athos com certa nostalgia. Na memória do casal, essa era uma época em que se tinha o prazer de dançar aos pares, nem sempre com intenções de namoro ou flerte. Bastava ser pé de valsa e ter um bom papo. Claudia lembra que as moças não deveriam dar carão. Recusar uma dança era sinal de falta de educação. Quando iam para o salão, tinham de dançar uma média de três músicas com o rapaz. Deixá-lo antes disso era falta de educação; continuar com o mesmo parceiro era visto com maus olhos. “Se tu gostasses do rapaz, da conversa, tu não podias passar a noite dançando. Deus me livre! Isso não era bonito!”, relembra.

O conjunto símbolo dos “anos dourados”

Norberto Baldauf começou sua carreira como músico de bailes em 1953, quando formou um conjunto na rádio em que trabalhava. Entre os companheiros, os antigos colegas do Colégio Júlio de Castilhos. “O grupo era formado por piano, acordeom, guitarra e bateria. No ano seguinte, entraram um ritmista e um cantor. Depois, juntou-se mais um cantor e ficamos oito”, contabiliza. A grande afinidade – e afinção – do grupo vinha principalmente da convivência diária na emissora radiofônica, que naquela época tinha boa parte da programação musical executada ao vivo. Nos “anos dourados”, o conjunto chegava a tocar em onze bailes por mês, sempre com fatiota completa – terno, gravata e um sapato de verniz, complemento obrigatório para a pinta. “As luzes daqueles holofotes esquentavam a gente e, às vezes, no verão, tinha que arrumar um ventilador!”, rememora. Eram cinco horas de música ininterrupta, sem intervalo, até as cinco horas da manhã, quando chegava o momento de tocar a tradicional música alemã Auf Wiedersehen – cuja tradução é “até logo” –, sempre a saideira das noites da Reitoria. “Éramos jovens, aguentávamos a noite toda sem parar”, brinca Norberto.



Quando o destino parecia não querer

Era o dia dos namorados, 12 de junho, e o ano, 1965. Naquela noite chuvosa, Jayme Genz decidiu sair para tomar um chope. Solteiro, o engenheiro formado pela UFRGS foi até o bar que ficava sobre o cinema Caciue, na Rua dos Andradas. Normalmente, era onde sua turma de amigos se encontrava. Contrariando suas expectativas, não havia lá nenhum de seus conhecidos. Decidiu, então, ir até outro bar, o Johannes Brahms, que ficava na esquina da Avenida Cristóvão Colombo com a Rua Garibaldi. Mal sabia que, numa solitária noite em que todos saíam aos casais, conheceria sua futura companheira, Gessy Corrêa.

Enfermeira já com uma carreira consolidada, não tinha o hábito de sair à noite. Sua rotina de trabalho começava às 6h da manhã, quando trabalhava no Hospital Santa Casa. Além disso, dava assessoria ao Hospital Ernesto Dornelles e cuidava de pacientes em suas horas vagas. “Comprei um apartamento e tinha que trabalhar para pagá-lo. Não parava em casa”, relembra. Aquela saída à noite era uma exceção na agitada rotina profissional de Gessy. Suas irmãs e primas vieram de Rio Grande para visitá-la e a convenceram a ir até aquele bar para divertir-se um pouco. “Elas me disseram que, depois, iam a um Baile da Reitoria e eu pensei: ‘pego um táxi e vou-me embora’”, conta.

Quando Gessy dirigia-se à porta, recebeu o convite de Jayme para dançar. Moça educada que era, não deu carão no rapaz, que até então não estava visível – havia uma coluna entre ambos. Em vez de ir para casa, porém, deram uma esticadinha em uma danceteria, onde ficaram até o amanhecer. Para arrematar a noite, uma sopa no Mercado Público. Depois disso, o tradicional caminho dos casais: namoro, noivado e casamento. Mas, se o romance de Jayme e Gessy, diferentemente de muitos naqueles anos dourados, não começou em um Baile da Reitoria, foi por pouco.

Ele, no final dos anos 1950 e no início da década seguinte, era frequentador assíduo. Fazia parte da patota de rapazes que não parava de dançar quando ia aos bailes. “Não dava para ficar parado. Como nós, estudantes, não comprávamos mesas, ficávamos de pé e dançávamos o tempo todo para não cansar”, diverte-se. Claro que os moços bacanas, estudantes cujos futuros já estavam aparentemente encaminhados, aproveitavam para procurar pretendentes. “A ideia era arrumar uma namorada com quem pudesse ter contato nos finais de semana, para namorar. Naquela época, namoro era, no máximo, ir ao cinema”, enfatiza.

Gessy, que viera de Rio Grande para estudar Enfermagem, foi princesa universitária em 1958. Jayme lembra-se

de estar naquela época em um baile em que foram apresentadas as candidatas de um concurso. Como ainda não conhecia a futura esposa, não tem certeza se era o mesmo evento de que ela participava.

À época, Gessy não tinha o hábito de sair, pois morava em uma residência destinada às estudantes da Escola de Enfermagem e vivia com um orçamento bastante apertado. Como estagiava nos mesmos hospitais que os alunos de Medicina da UFRGS, um dia recebeu um convite inesperado: não havia mulheres entre os futuros médicos; eles, então, propuseram que ela os representasse no concurso de Rainha Universitária. “Vocês estão loucos? Não tenho condições, não tenho nem roupa!”, reagiu. Um médico professor do curso que a estudante representaria decidiu, então, tomar a frente: “O doutor Celso Aquino e a esposa dele me adotaram. Deram-me tudo!”, exclama. Quem fez a roupa para Gessy foi Ester, costureira já conhecida da candidata desde os tempos em que ela morava em Rio Grande.

O processo de eleição não era tão simples assim: depois de apresentadas em um baile, as candidatas participavam de uma série de coquetéis e outros eventos em que iam aos poucos sendo avaliadas pelos jurados. O resultado, claro, foi divulgado em um dos Bailes.





Europa rumo ao abismo

Incerteza Crise econômica mundial força saída de governantes e ameaça união do continente

A maior economia do mundo está em risco. A União Europeia (UE), formada por 27 países que juntos produzem mais riquezas do que os Estados Unidos, não se recuperou da crise internacional de 2008. Há temores de que, no ano que vem, a UE entre em recessão. Recentemente, a chanceler da Alemanha, Angela Merkel, declarou que a Europa vive o seu pior momento desde a Segunda Guerra Mundial. Nesse cenário, o euro, moeda comum a 17 nações, está ameaçado.

A crise é de dívida. Os governos fazem empréstimos para se financiar. O investidor empresta dinheiro ao Estado; este o utiliza para fazer sua economia crescer e, depois de um determinado período, devolve-o ao credor, tendo pago a ele juros ao longo desse tempo.

Em teoria, é um negócio bom para os dois lados. Porém, na medida em que o mercado financeiro perde a confiança em um país, os juros sobem, porque aumenta o risco da operação. No limite, chega-se a um ponto em que não é possível fazer novos empréstimos, por conta dos juros altos, nem pagar a dívida original, pois não há de onde tirar recursos. É uma situação de paralisia, da qual não se consegue sair sem ajuda externa. A única alternativa a ela é o calote.

Esse caso extremo é o da Grécia, mas outros integrantes da zona do euro também estão muito endividados. A relação entre dívida e PIB (Produto Interno Bruto, soma das riquezas geradas em um país ao longo de um ano) da Itália é de 120%. Aproveitando os juros baixos garantidos aos membros da zona do euro, algumas nações desenvolveram sua economia tomando empréstimos e arrecadando menos do que gastavam. Quando a crise de 2008 estourou, os países da UE foram obrigados a injetar bilhões em instituições privadas para salvá-las da falência – o que contribuiu para o aumento da dívida.

Para combater o problema, foi criado, em maio de 2010, o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira. De lá para cá, Grécia, Irlanda e Portugal passaram por “resgates”: pediram ajuda financeira à UE e ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que lhes concederam empréstimos. Espanha e Itália podem seguir o mesmo caminho. Em outubro, a UE aumentou o orçamento do fundo de estabilidade para 1 trilhão de euros, mas ainda não se sabe de onde virá esse dinheiro – que pode ser insuficiente para ajudar os países em pior situação. Só a dívida da Itália é quase o dobro desse valor. A sensação de que ninguém sabe o que fazer para acabar com a crise faz com que os títulos da dívida pública dos países da UE virem alvo de especulação.

Crise política – A incerteza que toma conta da Europa assusta os mercados financeiros, e a pressão destes atinge os políticos da região. Na primeira quinzena de novembro, os primeiros-ministros da Grécia, Giorgios Papandreu, e da Itália, Silvio Berlusconi, foram forçados a deixar seus cargos. O chefe de governo grego selou seu destino quando propôs um referendo para aprovação de ajuda financeira ao país. A ideia teve péssima repercussão junto às economias mais fortes da zona do euro.

Berlusconi, que nos últimos anos vinha conseguindo manter-se no poder apesar de diversos escândalos, também foi vítima da pressão dos mercados. Ele perdeu a maioria no parlamento e a confiança do sistema financeiro e da Europa para conduzir as reformas necessárias à recuperação econômica da Itália.

Papandreu e Berlusconi não são os primeiros governantes de países da UE a cair por consequência direta da crise – e tampouco os últimos. O primeiro-ministro irlandês deixou o cargo em março, após eleições antecipadas, às quais ele não se candidatou; o de Por-

tugal, em junho, depois de perder para a oposição um pleito também realizado antes do previsto. Na Espanha, o premiê José Luis Zapatero antecipou para o final de novembro as eleições, às quais não concorreu. Seu candidato perdeu para Mariano Rajoy, que terá maioria absoluta no parlamento. Zapatero entrega a Rajoy um país com mais de 20% de desemprego.

A primeira-ministra da Eslováquia viu seu governo cair após uma votação parlamentar sobre a ajuda aos países mais afetados pela crise. Ela deixará o cargo no início de 2012. Nenhum desses políticos soube lidar com a crise, perdendo a legitimidade para governar não só pela opinião pública, mas sobretudo pela pressão dos mercados.

Carlos Arturi Schmidt, professor do Departamento de Ciência Política da UFRGS, ressalta que o sistema parlamentarista garante estabilidade institucional aos países afetados: o presidente, chefe de Estado, se mantém no cargo. Schmidt afirma que esta é “certamente a maior crise” que a UE já enfrentou. Para ele, se trata, “sobretudo, de uma crise política. Há uma moeda única e um mercado comum, mas não uma política econômica comum. Cada país estabelece a sua, e defende os seus interesses nacionais em primeiro lugar, o que é normal. Eles hesitam em adotar uma política externa e econômica comum – o que implicaria em uma confederação”.

À falta de uma política comum, ocorre uma transferência da tomada de decisões dos Estados nacionais para o núcleo duro da Europa: Alemanha e França, as duas maiores economias da UE, cujos mandatários assumem o controle efetivo da região. Os governos provisórios da Grécia e da Itália são liderados agora por tecnocratas, que detêm a confiança desses países. Eles fazem de tudo para garantir que a Grécia mantenha condições de pagar sua dívida não apenas para salvar um sócio, mas porque as economias

dos membros da UE são interligadas. Os gregos devem dezenas de bilhões a bancos de outras nações europeias. É do interesse da Alemanha e da França salvar a Grécia porque um calote derrubaria a economia daquele país e prejudicaria muito a de outros.

Por temor do contágio, França e Alemanha aceitam bancar os resgates, mas exigem a aprovação de duros pacotes de austeridade, que demandam sacrifícios da população dos países salvos. O professor Schmidt afirma que “a Grécia tem poucas condições de resistir. A soberania popular fica muito limitada pela situação econômica em que o país se encontra”.

Tragédia grega – A Grécia é o membro da UE mais afetado pela crise. Em 2010, descobriu-se que o governo grego ocultara, durante anos e com a cumplicidade de organizações financeiras como o banco Goldman Sachs, informações sobre o estado real de sua economia. Isso lhe permitiu fazer empréstimos que não tinha condições de assumir.

Os resgates são medidas emergenciais: não resolvem o problema estrutural da economia de um país em crise. O objetivo da ajuda externa é permitir que o Estado siga pagando suas contas ao mesmo tempo em que se reorganiza para diminuir o déficit público – e, no longo prazo, poder administrar sua dívida. Para que isso ocorra, o Estado precisa aumentar a arrecadação e reduzir suas despesas, o que tem como consequência a piora generalizada das condições de vida da população. Os cortes envolvem demissões no setor público, redução de salários e de gastos em saúde, educação e moradia.

Isso põe em risco o Estado do bem-estar social, do qual os europeus não abrem mão. Por isso, os programas de austeridade são altamente impopulares. O primeiro pacote de ajuda à Grécia foi aprovado em maio de 2010. Os protestos que se sucedem desde então são contra

tudo o sistema político, que a população vê como responsável pela situação e incapaz de salvar o país da quebra.

O Brasil tem defendido em fóruns internacionais que, enquanto a crise for combatida com corte de gastos e de empregos, a recuperação não virá. O professor Julio Cesar de Oliveira, do Departamento de Ciências Econômicas da UFRGS, discorda dessa visão. Para ele, ainda que essas não sejam “medidas muito agradáveis”, representam “a única alternativa para a Grécia sair da crise sem maiores traumas. Se o país não aprovar o pacote da UE, não terá como pagar o funcionalismo no mês de dezembro”.

A austeridade tem impacto negativo, pois se a população tem sua renda diminuída e é obrigada a pagar mais impostos, o consumo cai. O problema é que se a economia cresce menos do que a dívida – que sempre aumenta, por conta dos juros –, a porcentagem desta em relação ao PIB sobe e o país entra em uma espiral, devendo cada vez mais e tendo cada vez menos possibilidades de pagar.

A situação da economia grega é tão grave que se cogita sua saída da zona do euro. Uma nova moeda sofreria uma depreciação de 50%, impedindo o país de honrar seus compromissos. A economia grega, baseada em serviços como o turismo, é pouco competitiva, mas opera em uma moeda tão forte quanto a da Alemanha, grande exportadora. Isso evidencia a existência de um desequilíbrio cambial na zona do euro, além do fiscal.

Os contínuos protestos e a falta de perspectivas deixam a Grécia à beira do abismo. Por isso, os demais membros da zona do euro, ao mesmo tempo em que tentam salvar o país, desenvolvem mecanismos de proteção, para evitar que uma falência grega derrube toda a UE.

A economia da Itália é mais sólida e diversificada do que a da Grécia, mas o país deve muito. As consequências de um calote italiano seriam catastróficas: trata-se da quarta maior economia da

UE e a oitava do mundo.

De acordo com o professor Julio, “a Itália terá que adotar uma política fiscal de corte de despesas públicas e elevação de impostos”. Segundo ele, os italianos precisam “tomar medidas preventivas para evitar uma situação tão crítica quanto a dos gregos”.

O futuro – O projeto de integração europeu já sofreu reveses, mas nada semelhante ao que pode acontecer se a atual situação não for bem resolvida. A perspectiva de um ou mais países serem forçados a deixar o euro, impensável antes da crise, agora parece real. Mais do que uma moeda comum, o euro é um símbolo da Europa unificada; seu abandono por alguns integrantes do bloco seria um golpe para esse projeto.

A UE vive um dilema: se irá lidar com a crise aumentando ou reduzindo a integração entre os países membros. Angela Merkel afirma que, para se manter como líder global frente ao crescimento dos emergentes, a Europa deve aprofundar a sua união. Por outro lado, o Reino Unido, historicamente eurocético, defende que os estados nacionais voltem a centralizar as decisões. O país ainda não contribuiu para o fundo que financia os resgates.

Quando esses começaram, em 2010, o que se discutia era se valia a pena para alguns membros da UE ajudar outros a pagar suas dívidas. Hoje, não se sabe se isso é viável economicamente nem até quando os líderes da região seguirão bancando o custo político dos resgates, que são impopulares nos países que o recebem e nos que os financiam, porque os contribuintes sentem estar pagando por erros de estrangeiros. O maior risco que a Europa corre não é o de a crise piorar as condições de vida da população por algum tempo, mas que, ao fim dela, cada país volte a cuidar de suas próprias contas.

João Flores da Cunha, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico



Na Grécia, país mais afetado pela crise, protestos ocorrem desde maio de 2010



Natureza em aquarela

Ilustração científica Especialistas apontam vantagens de um diálogo entre ciência e arte

Como o próprio nome já revela, esse ramo da ilustração transita entre duas áreas com linguagens bem distintas: arte e ciência. O resultado dessa mistura são desenhos detalhados, que buscam o máximo de fidelidade possível com o objeto retratado. “É preciso conhecer os pormenores, desenhar a anatomia como ela é, para que o cientista possa trabalhar utilizando aquela gravura. É uma atividade minuciosa e que exige técnica”, resume a artista plástica Helena Gastal.

Esse modo de ilustrar plantas e animais remonta à pré-história, quando o homem já gravava nas paredes das cavernas o que via na natureza. A popularização veio com os movimentos artísticos do Realismo, Neoclassicismo e Naturalismo, entre os séculos XIX e XX. No Brasil, durante o período colonial, foram os pintores viajantes, que participavam das expedições colonizadoras, que começaram a registrar as belezas naturais do país.

Usada por diversos campos do conhecimento, como a Medicina, a Biologia e a Arqueologia, a ilustração pode representar também estruturas biológicas e modelos experimentais. Mesmo tendo sua importância reconhecida, ela ainda é uma área pouco estimulada dentro das artes visuais, sendo raros os ilustradores científicos no estado. “Aqui no RS esse profissional está quase em extinção. É difícil encontrar alguém que se dedique”, lamenta Hamilton Nascimento, ilustrador botânico há 23 anos.

Plantas e mitocôndrias – As técnicas utilizadas para fazer as gravuras são variadas, indo das mais tradicionais, como grafite, nanquim, aquarela e tinta a óleo, a modernos programas de computação gráfica. Hamilton revela que, apesar de todas essas inovações, os desenhos que utilizam métodos convencionais ainda são os mais procurados.

Se não há encomendas de clientes, geralmente é o ilustrador científico quem decide qual será o objeto retratado. Para Hamilton, o desenho ganha outro valor quando é feito em contato com o ambiente onde está o espécime. “Eu trabalho diretamente nos locais. Assim, posso sentir a atmosfera, ver como são as coisas e até observar se o meio ambiente ali está sendo bem preservado ou não”, diz. Por respeito à natureza, o artista evita colher as amostras: “Eu fiz isso poucas vezes. Quando se faz, geralmente é porque a morfologia da planta é muito complicada”. No caso de registros que exijam, por exemplo, que se desenhe um processo completo, como o surgimento da flor e do fruto de uma árvore, o ilustrador científico precisa voltar ao lugar em diferentes épocas do ano.

Já a estudante de licenciatura em Artes Visuais da UFRGS Silvia do Canto teve uma experiência de trabalho bem diferente. Antes de ser convidada por um professor do Departamento de Artes Visuais para “desenhar células e mitocôndrias”, ela nunca havia trabalhado com ilustração científica. “Fiquei um pouco surpresa, porque não tinha me dado conta de que havia um nicho de mercado aí. Acho que, assim como eu, a maioria dos estudantes não percebe as possibilidades de trabalho nessa área”, relata. Silvia foi bolsista, em 2007 e 2008, dos Departamentos de Imunologia e Parasitologia do Instituto de Ciências Básicas da Saúde.

Na época, ambos os setores estavam produzindo material didático e precisavam de alguém que transformasse em imagens aquilo que haviam imaginado. “Eles me forneciam todo o conhecimento científico, iam fazendo correções no desenho e me davam livros com ilustrações que eu poderia utilizar para desenvolver o meu trabalho”, relembra. Ela comenta que, por conta do produto final ser um jogo de computador, teve muita liberdade para usar seu estilo, mas a preocupação com a precisão das informações esteve sempre presente.

Ilustração fora das artes – Esse tipo de desenho não é feito apenas por pessoas com formação artística. “A ilustração é usada no curso de Biologia como um método de representação de estruturas. O aluno tem de aprender a retirar daquele objeto as características que o definem. Mas esse desenho não é artístico, ele é uma cópia e ajuda os estudantes a terem senso de proporcionalidade”, define Jorge Mariath, professor do Departamento de Botânica da UFRGS.

O docente afirma que a ilustração científica, em comparação com a fotografia, permite ao aluno captar detalhes da estrutura biológica com maior facilidade. “Ao desenhar, o estudante precisa parar e se concentrar. São cerca de duas horas de prática em que ele tem de ficar olhando para o objeto e descobrir como representá-lo. Esse tempo para mim é mais importante que duas horas de aula teórica, porque é o período necessário para compreender a estrutura e desenvolver essa imagem”, defende.

Mariath lamenta que não exista, dentro do curso de Biologia, nenhuma cadeira específica sobre ilustração botânica – as noções básicas são transmitidas em aula junto com as matérias tradicionais. Ao longo do ano, sobretudo na primavera, os estudantes realizam a observação ou a coleta das plantas que deverão ser ilustradas.

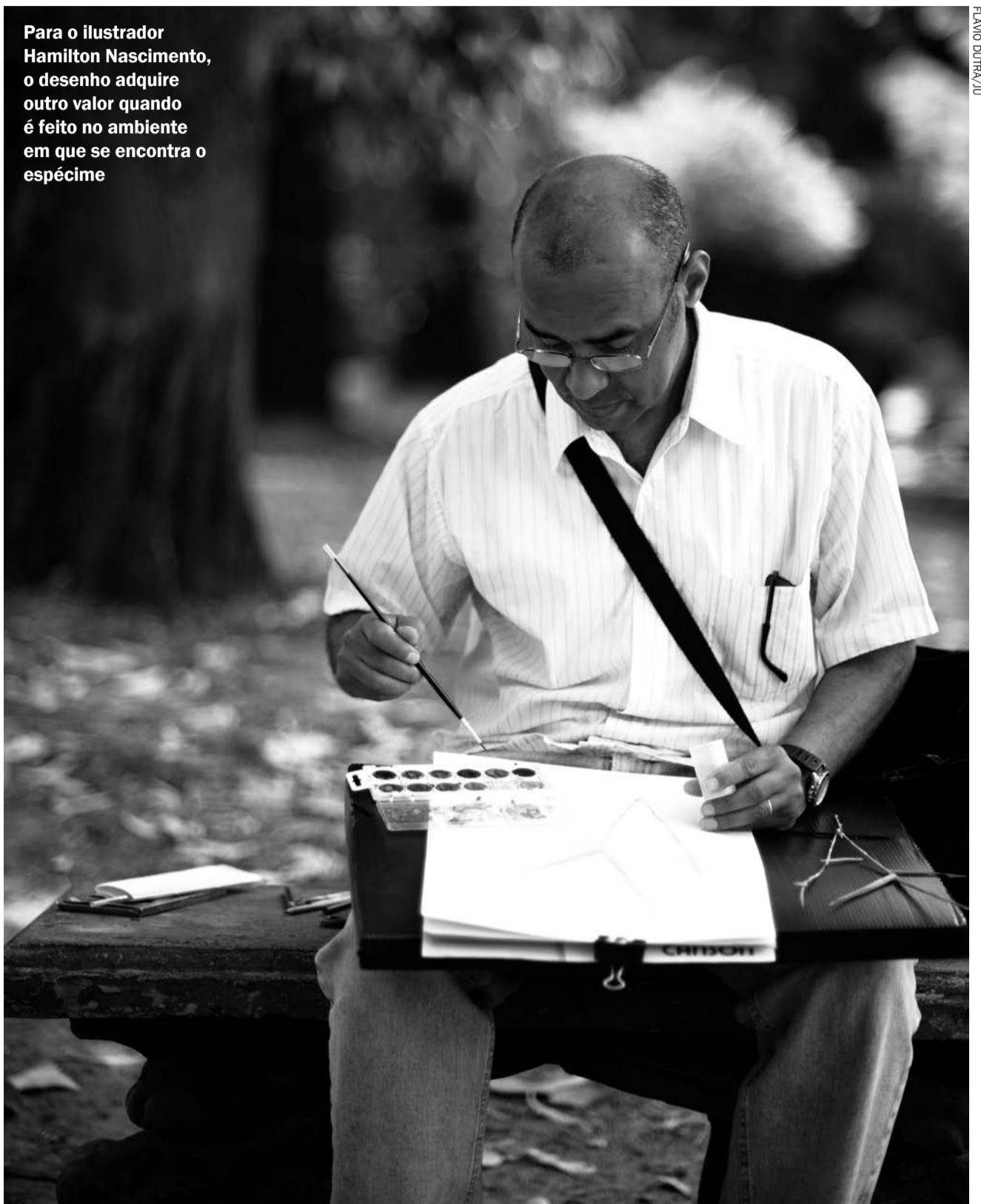
Muitos graduandos, entretanto, demonstram resistência em relação ao desenho. “Eles chegam e dizem: ‘Eu não vim aqui para fazer Belas Artes!’. Mal sabem eles que vão precisar disso para o resto da vida. Se tu pegares um ornitólogo, por exemplo. Ele vai observar os pássaros e fixar o contorno de morfologia daquele animal por meio de esboços. Em geral, a representação na ciência natural é obrigatória. Talvez o que a gente não tenha é uma integração entre os diferentes cursos que se envolvem com o desenho”, reflete.

Rodrigo Núñez, professor e chefe do Departamento de Artes Visuais do Instituto de Artes da UFRGS, explica que para essa integração ocorrer é preciso levar em conta o interesse e a vontade das pessoas. “Não basta só pensar em como seria bom se houvesse uma interdisciplinaridade entre a arte e a ciência. Eu acho que é uma experiência muito bacana para os alunos, mas a gente precisa se abrir para esse diálogo acontecer, as pessoas têm que procurar o Instituto e temos que buscar viabilizar essas relações”, enfatiza.

Silvia acrescenta que falta um pouco mais de divulgação dos próprios artistas que trabalham nesse ramo. “Boa parte dos médicos, professores e doutores da Universidade que vão publicar um trabalho ou um livro a respeito de determinado assunto e precisam de ilustração, não sabem onde procurar quem as faça e acabam usando imagens que já foram utilizadas outras vezes. Eles deixam de inovar não porque não queiram, mas porque não sabem aonde buscar esses profissionais”, conclui.

Daiane de David, estudante do 6.º semestre de jornalismo da Fabco

Para o ilustrador Hamilton Nascimento, o desenho adquire outro valor quando é feito no ambiente em que se encontra o espécime



FILIANO DUTRA/ALU

Formação por cursos específicos

Não há no currículo do curso de Artes Visuais da UFRGS disciplinas direcionadas para a ilustração científica. A graduação está voltada para a formação de artistas e para o desenvolvimento do processo criativo. Segundo o professor Rodrigo Núñez, tal foco ajuda nas mais diversas atividades. “O conhecimento que oferecemos aqui sobre o processo de criação, sobre cor, forma e composição é levado para o trabalho profissional”, constata. Ele diz que hoje se discute o desenvolvimento da ilustração dentro do currículo. Mas, para a estudante de Artes Visuais Silvia do Canto, esse debate já deveria ter ocorrido há mais tempo, pois muitos professores do Instituto trabalham nessa área. “Talvez a razão disso esteja dentro da própria arte, pois há uma vertente que vê a ilustração como algo menor, por limitar a criatividade do artista”, observa. “Quando tu trabalhas com ilustração científica, tu tens que ser fiel àquilo que estás retratando. Não posso fazer uma mitocôndria com cinco perninhas, tenho que respeitar a

figura. E isso é difícil para nós artistas, porque o teu processo de criação, o teu ego, precisa ser deixado um pouco de lado”, afirma o professor Rodrigo.

Não existem no Brasil universidades que forneçam um diploma em ilustração científica. O profissional que deseje aprofundar-se nessa área deve buscar cursos específicos. A Universidade de Brasília é pioneira, possuindo um Núcleo de Ilustração Científica desde 1999. Em Curitiba, o Centro de Ilustração Botânica reúne artistas interessados em registrar a flora brasileira. A Universidade Federal de Minas Gerais e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro realizam cursos esporádicos sobre o assunto.

No exterior, é possível fazer pós-graduação em ilustração científica em Portugal, na Universidade Autónoma de Lisboa e na Universidade de Évora. Também existe a Pós-graduação em Ilustração Científica da Universidade da Califórnia, nos EUA, considerada uma das melhores do mundo na área.

Paixão pela flora brasileira

A importância e a qualidade do trabalho da ilustradora botânica Margaret Mee é incontestável dentro do mundo das artes e da ciência. Mesmo 23 anos após sua morte, em um acidente de carro na Inglaterra, a britânica ainda é uma forte influência para os artistas da área. Considerada uma das mais importantes ilustradoras botânicas do século XX, ela soube aliar como poucos técnica, engajamento e sensibilidade estética.

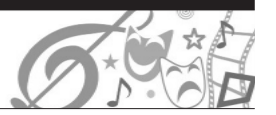
Nascida em 1909, a artista, formada em pintura e design, mudou-se para a cidade de São Paulo junto com seu marido em 1952. Dos muitos anos em que viveu no país, Margaret dedicou boa parte deles a expedições pelo rio Amazonas e seus afluentes.

Nessas viagens, produziu diversas pinturas de plantas da região, escrevendo também diários detalhados. As bromélias eram o seu tema preferido. Preocupada com o desmatamento das florestas e a extinção de muitos espécimes, buscava mostrar em seus desenhos a integração entre a planta e o seu ecossistema. Suas ilustrações contribuíram para aumentar o conhecimento da botânica brasileira: descobriu, entre outras, a espécie *Neoregelia margaretae*, hoje conhecida cientificamente apenas através de seus desenhos.

“Existe uma delicadeza na construção das formas e na mistura de cores dos trabalhos dela. Mesmo sendo ilustrações científicas, é possível ver

que ali há a sutileza de quem percebe um pouco além do que é dado pela forma”, avalia Rodrigo Núñez, chefe do Departamento de Artes Visuais da UFRGS. Em sua última expedição, em 1988, a artista conseguiu realizar um sonho antigo: capturar no papel a “flor da lua”, uma espécie rara de cactus, cujas flores brancas e perfumadas desabrocham somente à noite e duram apenas algumas horas.

Além de Margaret Mee, vale ressaltar o trabalho das ilustradoras botânicas Dulce Nascimento, com inúmeras exposições realizadas no Brasil e no exterior, e Maria Werneck de Castro, que faleceu em 2000 e é considerada uma das maiores ilustradoras botânicas que o país já teve.



Balanco

O JU inicia uma série de reportagens para avaliar os 21 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente

Jacira Cabral da Silveira

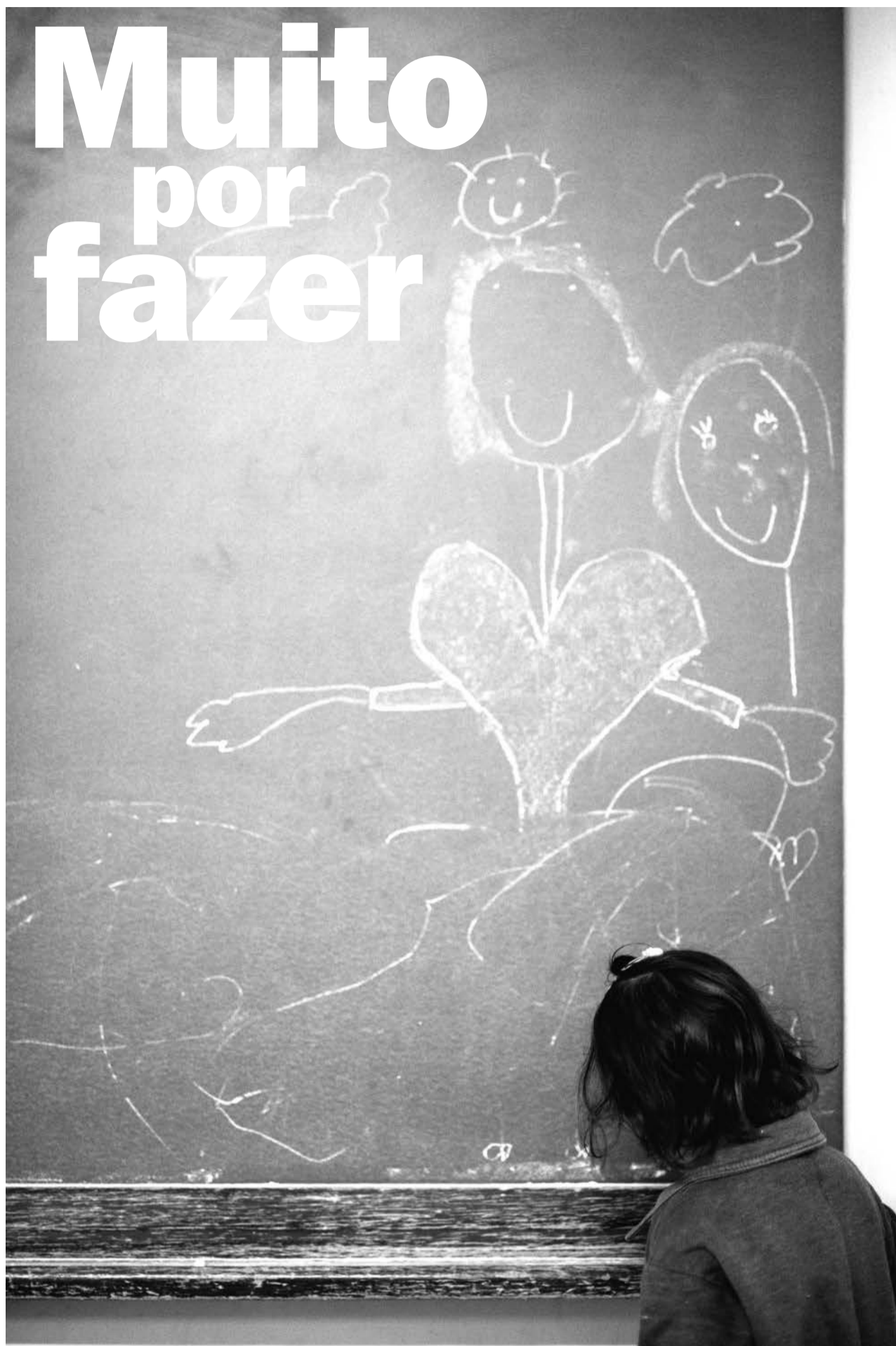
O ECA foi criado em julho de 1990. Menos de um ano depois, a Organização das Nações Unidas estabeleceu os objetivos do milênio. Entre os compromissos assumidos, estavam: diminuir o analfabetismo, a miséria, a fome e a mortalidade materna e infantil. O Brasil tornou-se signatário em 2004, mas, um ano antes, o governo gaúcho já havia estabelecido como meta a redução da mortalidade infantil.

Entretanto, segundo a coordenadora da Seção da Criança e do Adolescente da Secretaria Estadual da Saúde, Eleonora Gehlen Walcher, ainda não existe uma política nacional para esses dois grupos. Apesar disso, o ECA tem servido de referência para o desenvolvimento de ações para a proteção integral da criança. Eleonora diz que no Rio Grande do Sul estabeleceu-se uma dinâmica de buscar outros setores, como a justiça, para um trabalho integrado, no sentido de cumprir o que prevê o Estatuto.

Em âmbito nacional, conforme o coordenador da Saúde da Criança do Ministério da Saúde, o pediatra Paulo Bonilha, a cada mil crianças que nasciam vivas em 1990, 47,1 morriam no primeiro ano de vida. Em 2008, esse número baixou para 19 óbitos – uma diminuição de mais de 50%. Na avaliação dele, a queda é consequência de fatores como a melhoria das condições da sociedade brasileira, especialmente pela implantação do programa Bolsa Família, e a realização de campanhas como a de aleitamento materno, considerado um dos parâmetros mais importantes pela Associação Mundial da Saúde para a redução da mortalidade infantil.

No entanto, apesar das taxas de aleitamento materno terem aumentado progressivamente, isso ainda não é o suficiente, assegura o coordenador. De acordo com dados do Ministério da Saúde, cerca de 50% das mães brasileiras amamentam seus filhos até os seis meses de idade. Na década de 70, esse percentual ficava em torno de 10%. Faz parte do programa nacional de amamentação que as maternidades estimulem as parturientes a amamentarem seus recém-nascidos até os seis meses de idade. “A unidade de saúde que desempenhar bem esse papel conquista o título de Amigo da Criança e passa a receber mais repasses do SUS”, comenta o pediatra.

Por outro lado, o país tem muito a caminhar para reduzir as altas taxas de mortalidade materna que hoje são imensas: “É uma vergonha. Morrem hoje no Brasil 70 a cada 100 mil



Muito por fazer

mulheres grávidas por questões relacionadas à gestação e ao parto”, contabiliza Bonilha. Ele não acredita que se consiga atingir a meta do milênio de redução desse índice – que é de 35 mulheres até 2015: “O Brasil, apesar de ser a sexta economia do mundo, está colocado em 64.º lugar no que tange à estatística de mortalidade materna”.

Os adolescentes? – Assim como a mortalidade infantil é o índice balizador para a avaliação da promoção da saúde das crianças, no caso dos adolescentes esse parâmetro tem sido a incidência de gravidez na adolescência, conforme a enfermeira da Seção da Criança e do Adolescente da Secretaria Estadual da Saúde, Fulvia Schuster. Um levantamento do órgão aponta a redução do índice de partos realizados no estado em adolescentes com idade entre 10 e 19 anos de idade, mas a queda não tranquiliza o setor: “Essa é uma tendência nacional no que se refere à

gravidez na adolescência. Por outro lado, aumentou o número de meninas com AIDS”, observa a enfermeira.

Há três anos, o RS aderiu à campanha de implantação da carteira de saúde do adolescente, nos moldes do que já existe em relação às crianças de zero a 9 anos. A ideia é estimular o acesso do adolescente aos serviços de atenção integral à saúde. Como parte do trabalho de sensibilização dentro das coordenadorias regionais de saúde no estado, já foram capacitados 625 profissionais entre médicos, enfermeiros, assistentes sociais e dentistas.

Com base na reação encontrada em muitos municípios, Eleonora aponta lacunas na formação de profissionais da área da saúde: “Eu sou pediatra e tenho certeza de que 90% dos meus colegas que estão nas unidades básicas de saúde não estão preparados para atender o adolescente”.

Prova desse despreparo é o precon-

ceito que a Seção da Saúde da Criança e do Adolescente tem enfrentado na implantação da cartilha do adolescente junto a algumas regionais. Existem municípios que orientam o grampeamento das páginas da caderneta que ilustram os estágios de desenvolvimento da genitália, das mamas e dos pelos pubianos.

Para Rodrigo Farias dos Reis, coordenador geral dos 10 conselhos tutelares de Porto Alegre, embora existam vários programas em andamento no estado, a efetivação desses trabalhos é muito lenta. Além da falta de vagas para o encaminhamento dos cerca de 3 mil atendimentos mensais que chegam aos conselhos da capital, as internações são deficitárias. “Levo de duas a três horas para fazer a internação de um adolescente, mas o problema é que essa internação de avaliação é de apenas 20 dias”, reclama. Com poucas vagas no sistema de saúde para esse jovem, Reis diz que é difícil a recuperação.

JU indica

360 Graus: Inventário Astrológico de Caio Fernando Abreu

Amanda Costa
Ed. Libretos, Porto Alegre, 2011,
308 páginas
R\$ 41 (valor médio)



Indiscutível a importância de Caio Fernando Abreu para a literatura contemporânea; indiscutível o domínio da matéria astrológica da autora, e

produtiva a sua interpretação da obra do escritor em busca exatamente das evidências simbólicas nesse campo de um interesse nada trivial de ambos. Amanda tem consistente trabalho no campo das letras, e o que se resenha aqui é fruto do cruzamento de suas paixões: astrologia, literatura, Caio. “Ando com uma longa história na cabeça. A se chamar 360 Graus. [...] Tenho para mim que ela é quase, talvez, a ‘grande obra’. [...] Era um projeto antigo meu: três histórias para os signos água, três para o fogo e assim por diante – até completar a mandala dos 12 (p. 33).” Nesses fragmentos de uma carta de 88 à autora, Caio anuncia seu projeto, infelizmente irrealizado, de produção de quatro livros cujo mote seria o simbolismo dos quatro elementos e da tríade de signos a eles relacionados. Tal projeto foi parcialmente assumido por Amanda. Afinal, o que os aproximou foi exatamente o fato de terem estudado com Dona Emmy (Emma de Mascheville), referência entre os astrólogos porto-alegrenses, especialmente os que (se) iniciaram na década de 70. Realizado como uma dissertação de mestrado em Literatura Brasileira na UFRGS, este *360 Graus* busca iluminar os sentidos evocados pelas imagens arquetípicas ligadas à tradição da Astrologia presentes nos textos de Caio, especialmente no *Triângulo das Águas*, de 1983. Nele, Amanda nos apresenta traços importantes do processo de criação narrativa do autor, mais exatamente os que se produzem a partir das referências esotéricas. Na análise proposta, as personagens que performam a narrativa de *Triângulo das Águas* correspondem, cada, “a um signo, de acordo com suas características comportamentais, maneira de pensar, traços físicos, forma de expressão [...] A gestação/criação da narrativa se desenvolve em etapas – os fragmentos –, que refletem as profundidades e os avessos de cada personagem, através de referências simbólicas ligadas ao signo astrológico que representa”. Em uma revisão da obra do autor, ela ainda aponta a presença desse simbolismo, sua vinculação com a mitologia e as implicações psicológicas e existenciais. Outro aspecto interessante da obra são as cartas do autor santiaguense à autora. Um fragmento: “Depois do almoço. Fiquei lendo o jornal sobre o festival de Gramado. Deu vontade de estar lá. Mas o filme de que fiz o roteiro – *Romance*, do Sérgio Bianchi – foi recusado por ser ‘muito escandaloso’. Os críticos estão possessos, acusando os jurados de caretas & moralistas. E aí sempre penso: esse meu Meio do Céu oposto à Lua e Quadrado com Mercúrio e Netuno, sempre escândalos. Por mais que eu fique todo quieto & discreto no meu canto”. Amanda é autora de *Astrologia: o cosmos e você*, Prêmio Açorianos de Literatura/2004, e traduziu *Astrologia Chinesa e os cinco elementos*, de Crawford e Kennedy, além de várias edições da *Agenda Aquarius*. Neste momento, a autora trabalha os originais da sua produção poética (iniciada nos tempos da geração mimeógrafo) para futura publicação em livro. (Antônio Falcetta)

A criança no HCPA

Myriam Fonte Marques é assistente social e coordena o Programa de Proteção à Criança do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) desde 1986. Ela participou da seção de debates *ECA em diferentes cenários – 21 anos depois*, realizada durante o II Seminário Criança e Consumo, promovido na UFRGS de 17 a 21 de outubro. Foi a partir de seu relato sobre o trabalho realizado no Clínicas com base no ECA que o Jornal da Universidade idealizou a série de reportagens.

O ECA ajudou em casos como a violência contra a criança?

Ele representou um grande avanço, porque criou um comprometimento muito grande tanto na área da saúde como na escola, onde é mais fácil verificarmos o que acontece com a criança.

Como os profissionais da área da saúde estão preparados?

Antes, as questões de violência eram tidas como assunto de polícia, ninguém se envolvia nem se interessava pelo que a criança tinha a dizer. Mas, hoje, a violência contra a infância é considerada questão de saúde pública, e os profissionais do setor precisam ter um olhar capaz de perceber esses casos e

estarem preparados para agir no sentido de resolvê-los efetivamente.

Como o trabalho do setor de assistência social entra nessa rede?

Trabalhamos com a família e não diretamente com a criança. Fazemos toda a avaliação dos familiares para identificar o que está se passando, envolvendo nesse processo o maior número possível de familiares, para que melhor possamos atender a cada caso. Acompanhamos também o tratamento da criança ao longo desse tempo.

Existe incidência maior em termos



WALMIR CARDOSO

Um céu de muitas histórias

Etnoastronomia Como algumas etnias indígenas entendem e interpretam o céu

Ao nascer, a primeira coisa que uma criança Mbyá-guarani recebe é um bom banho. Esse povo do sul do Brasil acredita que a água ajuda a purificar o corpo, antes intocável por estar dentro da barriga da mãe, e o prepara para a vida que se seguirá. Os velhos da tribo explicam que é pelo mesmo motivo que chove quando a Lua está em sua fase nova. Assim como um recém-nascido, ela vai crescer com o passar do tempo e precisa da água para se banhar e começar o seu dia.

Histórias como essa, que relacionam situações do cotidiano com elementos do céu, não são exclusividade de povos indígenas. Os conhecimentos celestes são utilizados desde a pré-história, e as origens da astronomia europeia, que serviu de base para a ciência “oficial” que temos hoje, datam de 3.500 a.C., relacionados à civilização suméria.

No século XIX, a ciência, influenciada pelo positivismo, considerava inferiores todos os saberes sobre o céu que não fossem baseados na matriz europeia. Com a promoção de áreas como a antropologia, a sociologia e as ciências sociais a campos de investigação científica, a cultura passou a ser um elemento central na observação e na análise de qualquer objeto. Assim, a astronomia se tornou um fenômeno associado aos costumes, aos ritos e às crenças de um povo, interessando-se também pelas

interpretações celestes existentes.

A esse campo de estudos, surgido na década de 1960, deu-se o nome de Etnoastronomia. O Chefe do Departamento de Física da PUC/SP Walmir Cardoso, que esteve no Planetário da UFRGS em setembro para falar de seu trabalho com o povo Tukano, do Norte do Brasil, frisa que a relação das diferentes tribos indígenas com o céu é apenas uma das possibilidades de pesquisa dentro dessa área. A maneira como agricultores de certa região traçam conexões entre as condições naturais e os eventos celestes também é uma das questões abordada por essa área da Física contemporânea.

Saberes ancestrais – Um fenômeno interessante vem ocorrendo nos últimos 30 anos: algumas comunidades indígenas têm buscado o registro escrito de seus saberes e narrativas do céu, até então repassados oralmente. O físico, astrônomo e professor aposentado da UFPR Germano Bruno Afonso diz que esse movimento tem raízes no crescimento de escolas indígenas e na necessidade que algumas populações sentiram de criar um material didático específico sobre suas culturas. Desse modo, pesquisadores não indígenas passaram a trabalhar em conjunto com as comunidades na sistematização desse conhecimento ancestral.

Walmir reforça a importância de respeitar a autonomia dos povos indígenas de decidir se devem registrar ou não suas narrativas em livros didáticos e cartilhas bilingües. Vherá Poty, representante Mbyá-guarani, possui uma visão bem definida a respeito do assunto: “Nós não falamos muito sobre isso para as pessoas não indígenas, porque são questões complicadas de entender. Só a gente que é guarani compreende isso, porque

vivemos essa realidade”. Mesmo quando essa troca ocorre, Walmir faz questão de ressaltar que ela sempre se dá a partir da criação de um espaço de relacionamento. “Como pesquisador, verei o mundo a partir dos meus filtros e tentarei me relacionar com essa cultura para entender, da melhor maneira possível, como eles pensam a ‘astronomia’ deles”, esclarece.

Muitos povos indígenas vem nos fenômenos do céu uma série de relações com os acontecimentos da Terra. Vherá Poty conta, por exemplo, a forte relação das moças guarani com a Lua. “Quando chega a hora da menstruação, as meninas não devem fazer nada. Elas precisam ficar quietinhas, fazendo só as coisinhas delas; não podem mexer na comida nem tocar nas pessoas. O motivo disso é uma coisa muito ampla e complicada. Para nós, a Lua, na verdade, é o Lua. Não é feminino, é masculino. A gente chama de *Jaxy*, o Lua. Então, na verdade, quando as meninas estão menstruadas, elas se transformam, até acabar o ciclo, nas esposas do Lua. Elas ficam reservadas só para ele, ficam ali sem fazer nada”, revela.

Vherá usa a expressão “seres divinos diferenciais”, traduzido do guarani, para se referir aos corpos do céu cujos significados nada têm a ver com as nossas noções astronômicas convencionais. Conhecer essas narrativas é uma obrigação de pais e avós Mbyá-guarani, que devem transmitir as histórias a seus filhos e netos.

Mundos possíveis – Apesar de haver pontos convergentes, cada etnia tem uma maneira diferente de ver e interpretar o céu. Mesmo o nome de constelações formadas por um mesmo conjunto de estrelas varia de um lugar a outro. A constelação de Escorpião, como é conhecida por nós, é chamada

pelos Guarani de Boitatá e pelos índios Tukano, do Norte do Brasil, de Jararaca d’Água (*Aña*).

Germano relata a história de duas constelações vistas tanto pelos Guarani quanto pelos Kaingang do Sul do país: a Constelação da Ema e a Constelação do Homem Velho – em Guarani, *Guirá Nhandu* e *Tuya*, respectivamente.

Para ambas as etnias, quando a figura da primeira aparece ao anoitecer, na segunda quinzena de junho, é sinal de que o inverno está chegando e haverá escassez de alimentos. A “cabeça” da constelação da Ema fica praticamente colada ao Cruzeiro do Sul (*Cruzeiro*). Os Guarani acreditam que esse último conjunto de estrelas segura a cabeça da ave, evitando que ela desça seu bico até a terra, e beba toda água que possuímos, causando a morte dos seres vivos.

Tuya, a segunda constelação, está relacionada à história de um homem de idade avançada cuja esposa era muito mais nova. Apaixonada pelo cunhado, a jovem decidiu matar o marido, cortando-lhe a perna na altura do joelho. Como o falecido sempre fora uma pessoa boa, os deuses, penalizados, decidiram transformá-lo numa constelação – é por isso que o conjunto de estrelas lembra um homem segurando um bastão para se apoiar. O Homem Velho surge totalmente ao anoitecer da segunda quinzena de dezembro, indicando tempo de fartura de alimentos e o início do verão.

Subindo até o estado do Amazonas, próximo à fronteira com a Colômbia, na região conhecida como “cabeça do cachorro”, encontramos índios da etnia Tukano. Entre 2005 e 2007, o professor Walmir realizou oficinas em aldeias da região, a fim de ajudar os Tukano a sistematizar o conhecimento que possuíam do céu. O trabalho resultou no mapea-

mento de cerca de dez constelações vistas pelos Tukano e na confecção de um calendário estelar dinâmico. Por conta da experiência, Walmir ouviu muitas histórias dessa etnia sobre o céu.

Uma delas diz respeito ao planeta Vênus, que os Tukano conhecem pelo nome de dois irmãos, *Doé* e *Seribhi*. Ambos são filhos de *Baasebo*, espírito que trouxe um alimento fundamental a esse povo, a mandioca. Devido às personalidades conflitantes – *Doé* gostava de contrariar o pai, enquanto *Seribhi* lhe obedecia –, os irmãos brigaram e passaram a evitar seu encontro no céu: *Doé* aparece logo depois do pôr do sol, e o irmão, perto do alvorecer.

O professor também destaca a constelação do Tatu (*Pamô*), cuja figura é dividida em duas partes: há o corpo do mamífero e um osso que fica externo a ele, o *pamô oãduka*, formado pelas estrelas mais brilhantes da constelação da Águia. Somente os homens da tribo podem conhecer o verdadeiro formato do *pamô*, pois o osso, na verdade, é uma flauta mágica (*jurupari*), que, se vista pelas mulheres, pode fazê-las adoecer. O aparecimento dessa constelação indica a subida dos peixes pelo rio.

Walmir e Germano acreditam que a experiência de conhecer outras concepções de céu muda a maneira de enxergar a própria cultura. “Passei a pensar a astronomia de uma maneira totalmente diferente quando me interessei pela etnoastronomia. A nossa astronomia produz resultados diferentes dos desses outros povos, porque ela é relevante dentro de uma concepção cosmológica, de uma cosmogonia, de uma sabedoria que nós temos”, resume Walmir.

Daiane de David, estudante do 6.º semestre de jornalismo da Fabico

Ensinando e aprendendo

O trabalho realizado pelos professores Germano Bruno Afonso e Walmir Cardoso junto com alguns povos indígenas ainda é feito por uma minoria de cientistas no Brasil. “Tem pouca pesquisa na área da etnoastronomia, principalmente em relação ao número de etnias existentes. Muito conhecimento já foi perdido”, lamenta Germano. Ele trabalha com professores indígenas e pajés, desenvolvendo cartilhas que serão utilizadas nas escolas. Já atravessou o Brasil dando cursos, principalmente para

as etnias Guarani e Kaingang, mas hoje reside em Manaus, onde é consultor do Museu da Amazônia (Musa).

O levantamento dos saberes indígenas sobre o céu é um processo complexo e demorado, que faz uso de técnicas da Antropologia e da Astronomia. A pesquisa de Walmir com os Tukano foi realizada em três etapas. Na primeira, o professor trabalhou com toda a comunidade, realizando observações noturnas nas quais eles apontavam as constelações conhecidas no céu. “Essa técnica não é

excludente, e você precisa filtrar a grande quantidade de informações que recebe”, completa.

A segunda etapa consistiu no uso de cadernos de desenhos. Cada aluno da escola indígena da aldeia deveria observar o céu durante o período das oficinas (15 dias), a partir de uma mesma posição e horário, e desenhar as constelações que viam. A fim de que os desenhos ficassem numa mesma escala, os Tukano utilizaram os dedos das mãos como medida para precisar a distância

existente entre as estrelas.

Por fim, a terceira fonte de pesquisa foram os narradores, os velhos da comunidade. Walmir conversou com dois: seu Guilherme e seu Miguel. “Isso tem a ver com a valorização dos conhecimentos mais tradicionais. Você tem que falar muito com eles, e depois que passam a confiar em você, eles contam coisas muito importantes. Até mesmo sobre o céu. São enormes enciclopédias”, diz.

Em suas viagens pela Amazônia, Walmir vislumbrou, certa vez, uma escola

indígena decorada com bandeirinhas feitas de páginas de livros didáticos. Ele analisa que isso é reflexo da inadequação desse material, que, na maioria das vezes, nada tem a ver com a vida desses povos. “Que tal começarmos a produzir material didático feito por eles? A gente tem que entender que o Brasil é de uma diversidade enorme e que não dá para produzir livros didáticos que sirvam para as regiões Sudeste e Sul e levá-los, indiscriminadamente, para todos os lugares do país”, critica.

Meu Lugar na UFRGS



FLÁVIO DUTRA/JU

Lugar de capa

Apesar de seu trabalho ter espaço de destaque, Carla Luzzatto é contida nas palavras. Dona de uma personalidade um pouco tímida, tem um jeito baixinho e econômico de falar. Parece refletir a sobriedade do lugar em que trabalha. A sala ampla, com sete computadores e alguns arquivos, fica na Editora da UFRGS, ao lado do RU do Câmpus Saúde. Os bonecos de personagens de desenhos animados em cima do computador – estão lá o Bob Esponja, Nemo, Shrek e Fiona, entre outros – trazem um pouco de vida ao ambiente. E, acreditado, representam algo de criativo na personalidade de nossa entrevistada. “São lembranças que amigos e meus filhos me deram. É uma maneira de tornar o ambiente mais pessoal. Eu não poderia criar nada em um lugar frio e distante”, diz.

Carla entrou na UFRGS em 1984 para substituir um colega. Mesmo depois do retorno dele, acabou ficando. Sua função, pouco conhecida, causa estranhamento em um primeiro momento. É capista. Ela é a única responsável pela criação das capas dos livros da Editora. De acordo com seus cálculos, 80% das cerca de 50 publicações editadas por ano passam pelas suas mãos. Ela também faz o acompanhamento das capas feitas fora da Universidade, além de produzir todo o material gráfico do setor: cartazes, folhetos e convites. Sua formação começou na Arquitetura. Desistiu. Ingressou no Instituto de Artes e se formou em Artes Plásticas com habilitação em Desenho.

A capa é a apresentação do livro. Ela tem que atrair o leitor e cativá-lo. Mas como diferenciar-se em meio a uma megastore abarrotada de milhares de publicações? “Baseio-me em tudo o que eu já vivi e em tudo o que li para fazer meu trabalho. Para chegar a uma imagem que toque o leitor, eu preciso ter algum tipo de conexão com ele, ou seja, a gente precisa compartilhar o mesmo imaginário. Esse é o caminho para criar uma imagem atraente, capaz de aproximar o leitor do livro”, revela. Tudo bem, mas desenvolver alternativas de representação visual para temas da Economia ou da Filosofia deve ser complicado para quem não é especialista nessas áreas, penso. “Fazer uma capa interessante e diferente para Economia é desafiador. É um tema excessivamente abstrato e amplo, assim como a cultura. Por outro lado, a Filosofia é bem mais fácil de representar porque trata de assuntos que são inerentes ao dia a dia de toda pessoa que pensa a

respeito de sua vida”, explica Carla.

Enquanto nos mostra alguns trabalhos antigos, ela conta como era o processo de produção até 1994 – ano em que os computadores chegaram à Editora. “Desenhava-se sobre o papel com todas as marcações técnicas, se aplicava textos com Letraset e, depois, se colocava uma folha de papel manteiga com as indicações de cor. As separações de cores eram feitas em fotolito.” Tudo à mão. Hoje, os programas de edição de imagem e texto dão conta de todo esse trabalho, tornando-o mais rápido.

Mas, antes de partir para o computador, é necessário conhecer o livro para representá-lo da maneira mais fiel possível, agradando autor e leitor. “Meu processo criativo começa quando entro em contato com a obra. Reúno todas as informações, investigo a abordagem do autor e faço uma pesquisa a respeito do significado das palavras-chave envolvidas. Depois, deixo que essa coisa se resolva sozinha na cabeça sem ficar fazendo muitas tentativas de produzir algo imediatamente. Uma parte do processo criativo é o ócio.”

As opções são, então, apresentadas ao autor. A ideia, explica Carla, é oferecer diferentes possibilidades de escolha. O tempo de dedicação varia. “Às vezes, pego uma obra e, imediatamente, tenho muitas ideias diferentes para apresentar. Em alguns casos, utilizo todo o tempo disponível, desde a chegada da obra ao setor de editoração até a hora em que ela vai para a gráfica, para desenvolver melhor a imagem”.

Quando define seu lugar, Carla é rápida: “Meu lugar na UFRGS é na Editora, onde ajudo a dar visibilidade à produção intelectual da Universidade”. Ótimo. A capacidade de síntese, afinal, é qualidade de poucas pessoas. E, para quem precisa resumir obras, por vezes demasiadamente complexas, em apenas uma página com poucas imagens e quase nenhum texto, torna-se um talento essencial.

Luiz Eduardo Kochhann, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico

Esta coluna resulta de uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas com as entrevistas aqui publicadas serão exibidos ao longo da programação do Canal 15 da NET diariamente, a partir das 20h10min.

Perfil Vocação pioneira

Direito Juiz José Paulo Baltazar Junior pretende intensificar a carreira na docência

Caroline da Silva

As experiências são sempre interessantes. Essa é a tônica que fica das histórias contadas pelo juiz federal José Paulo Baltazar Junior em mais de uma hora de entrevista. Formado em Direito pela UFRGS, ele também cursou o mestrado e o doutorado na instituição, onde chegou a ministrar aulas na especialização em Direito Penal – área que sempre se mostrou o caminho mais acertado a trilhar.

Ele nasceu em Caxias do Sul, cidade da sua mãe. O pai, bancário na época, era de Bom Jesus. “Quando eu nasci, meu pai trabalhava no Banco do Brasil. Depois, fez Direito e se tornou promotor de justiça. Na infância, circulei por várias cidades do Rio Grande do Sul como, Farroupilha, Nonoi, Campo Bom, Frederico Westphalen, Uruguaiana, São Jerônimo, Carazinho e Porto Alegre, a partir dos 13 anos.” Segundo Baltazar, houve outras saídas mais breves, mas ele permaneceu na capital após entrar na adolescência.

O jovem graduou-se em julho de 1993. A partir do terceiro ano da faculdade, tornou-se servidor da Justiça do Trabalho. “Foi um pouco inconveniente porque perdi a turma. Parei um semestre, pois fui trabalhar no interior, em Santa Cruz do Sul, e quando voltei pra UFRGS fazia disciplinas à noite e também pela manhã.” Após a formatura, fez o concurso para promotor. “Assumi e fiquei um mês só. Fui para a magistratura. Eu queria mesmo ser juiz.” Seu desejo tornou-se realidade em maio de 1994, quando ele tinha apenas 23 anos.

“**Mocinho**” – O menino não tinha como fugir da identificação com a área: “Sempre gostei de Direito Penal, acho que porque meu pai era promotor”. Ele lembra que, quando era criança, o pai costumava levar os inquiridos de homicídios para casa. “Eu adorava olhar aquilo, ver as fotos e saber as histórias”, relembra, rindo daquele garoto.

Então recorda um episódio repre-

sentativo da infância: “Sempre antes do júri, meu pai ia ver o local do crime. E uma vez eu fui junto”. Eles dois mais um policial chegaram ao lugar de jipe, “lá num fim de mundo de interior, em Nonoi”. Baltazar sentou no banco de trás do veículo, observando todos os detalhes da aventura até chegar à cena do homicídio. “Achei o máximo o policial falando ‘deu tiro aqui, caiu ali, correu para lá. Era uma tragédia, uma pessoa morreu, mas eu não tinha a dimensão disso na época, com seis, sete anos de idade”, reflete o agora homem de 40 anos, pai de família.

Baltazar admite ter sempre gostado de gênero policial. “Não assisto seriados com frequência, mas filme eu adoro, vejo muitos em casa. Ultimamente, vou menos ao cinema porque tenho a filhinha em casa. Gosto de literatura policial também”, diz. Durante a palestra *Evasão de Divisas*, no 17.º Seminário Internacional de Ciências Criminais, realizado no fim de agosto em São Paulo, da qual o juiz era o segundo a falar, ouviu-se um choro meio tímido. Na plateia, uma mãe levanta a criança do carrinho de bebê estacionado no meio do corredor rodeado de homens de terno. “Ah, ela tinha superado bem a TV Justiça”, brinca o palestrante, se referindo à filha Helena, que nasceu em 31 de março, fruto do casamento com a também advogada Carmela, professora de Direito do Trabalho.

Vai e vem – A família tem de acompanhar as andanças do profissional que não consegue dizer não aos convites, encarando todos como ótimas oportunidades. Helena, por exemplo, nasceu em Takoma Park, no estado norte-americano de Maryland. O pai havia ganhado uma bolsa do programa Hubert H. Humphrey da Comissão Fulbright destinado a profissionais brasileiros do setor público para estudar em Washington. Ali permaneceu por um ano e fez estágio em um órgão da Justiça Federal, realizando uma pesquisa sobre cooperação internacional Brasil-EUA em matéria penal.

Carmela, a esposa, já havia acompanhado o juiz no doutorado, que teve uma parte “sanduíche” em Munique (Alemanha). O casamento aconteceu antes dessa viagem, em 2006. Ela também foi estudar na Europa. Ficou na Espanha em um primeiro momento para cursar créditos do seu doutorado.

Antes, contudo, de ir aos Estados Unidos, Baltazar viveu com a mulher em Brasília, onde atuou como juiz auxiliar do Corregedor Nacional de

Justiça. À época, Carmela lecionava na capital federal. O magistrado considerou o cargo uma experiência fantástica. “Foi a chance de ver a Justiça de todo o país e de conhecer a realidade das varas estaduais. Fazíamos inspeções nos Judiciários Estaduais, sempre íamos ao tribunal e às varas das capitais e do interior. Me voluntariava, porque gosto de conhecer lugares diferentes. Fui ao interior do Tocantins, de Pernambuco, do Amazonas e do Pará.”

A menina Helena acabou sendo gerada em Brasília. “Queríamos ter nenê e tinha a bolsa, que não sabíamos se iam me dar ou não. Então, Carmela engravidou. Tínhamos a opção de desistir do programa antes de viajar, ou então minha esposa retornava ao Brasil antes do parto. Mas eu queria estar junto dela. Enfim decidimos que a Helena ia nascer lá. Ela ficou com dupla nacionalidade, que mal não faz. E vai ser também brasileira, porque não tem sentido ser estrangeira no seu país.”

Trabalho especializado – De volta a Porto Alegre em agosto, o juiz retomou as funções na 1.ª Vara Criminal da Justiça Federal, especializada em crime financeiro, lavagem de dinheiro e crime organizado. “Temos uma quantidade pequena de processos, sendo muitos deles complexos. Os advogados são mais qualificados, porque é um pessoal que tem dinheiro. É bem desafiador, gosto de trabalhar nesta vara”, explica.

Agora o magistrado pretende propor uma competência também sobre corrupção e improbidade administrativa. “A evasão de divisas é um crime de particular, mas a lavagem de dinheiro pode ser decorrente de corrupção. Para o crime organizado se perpetuar, tem que haver corrupção. Porque todo mundo sabe onde se vende droga, tem jogo ilegal e exploração de prostituição. Alguém está tolerando aquilo, ou é sócio, ou recebe, ou foi ameaçado”, conclui.

Desde 1996, Baltazar dá aula em cursos de preparação para concursos. Depois do mestrado, foi professor em especializações em instituições como a Unisc, PUCRS, Unisinos, Faculdade Meridional (IMED, em Passo Fundo) e UCS. Também é docente da Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul. “Nunca lecionei em graduação, mas quero. Não consegui porque tive muitas oportunidades boas na Justiça.” Tendo que ficar um pouco mais estabilizado por causa da filha de 8 meses. Talvez o próximo passo desafiador da carreira desse juiz seja fincar pés como docente.



ALEANDRE FIGUEIREDES/ASCOM/JU

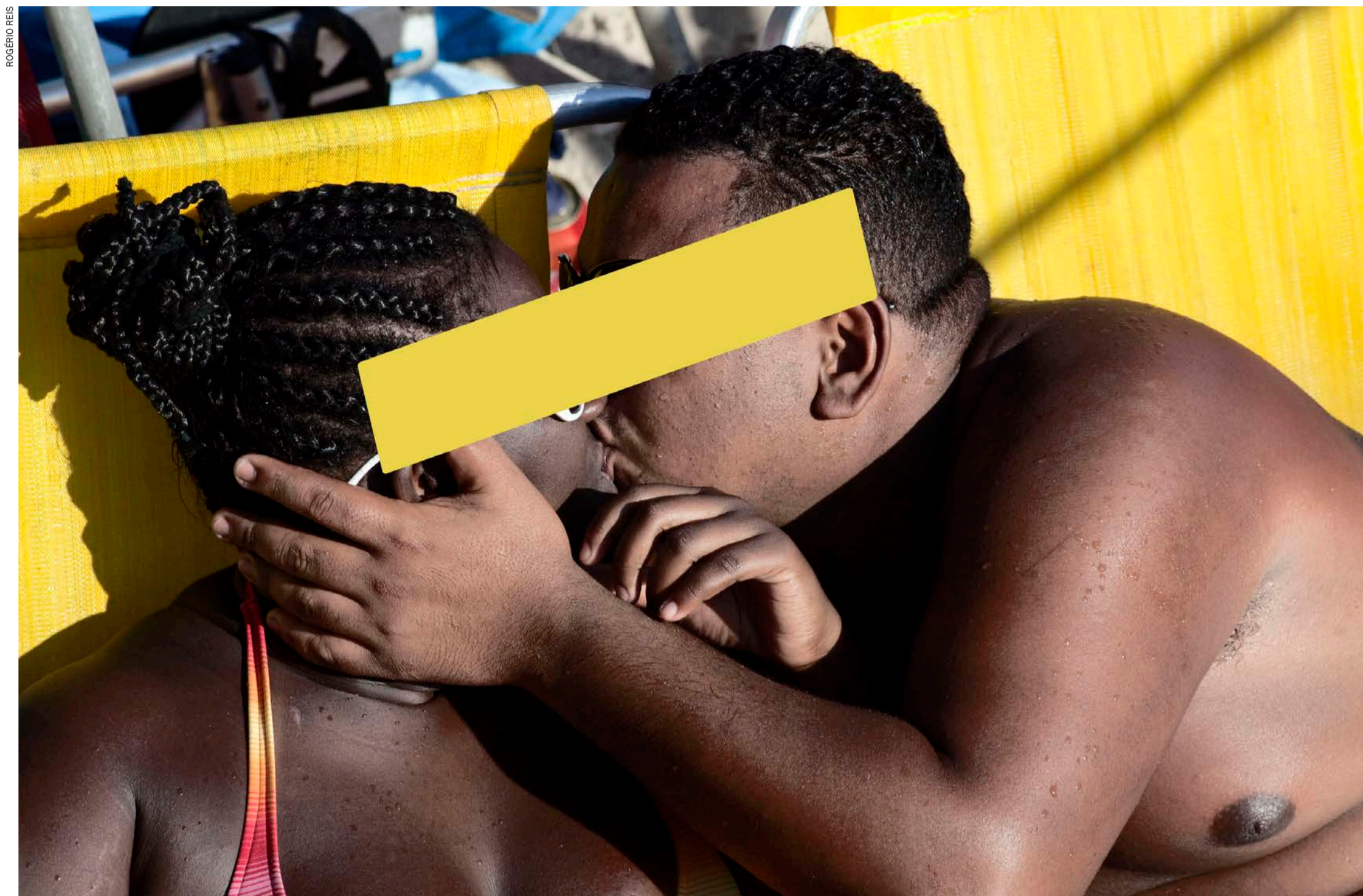
Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



Hóspedes da **maison**

TEXTO RICARDO "KADÃO" CHAVES



• EDITOR CONVIDADADO •

Jean-Luc Monterosso, um dos principais nomes para a fotografia contemporânea, é o idealizador do *Mois de la Photo*, fundador e diretor da *Maison Européenne de la Photographie*. A visita que ele fez ao festival de fotografia FotoRio, neste ano, rendeu bons frutos a três brasileiros cujo trabalho se destacou entre as mais de sessenta exposições do evento. Eles foram convidados, e estão expondo em Paris até 8 de janeiro de 2012.

Rogério Reis (carioca, 57) está apresentando um trabalho que questiona a atual, e quem sabe excessiva, preocupação com os direitos de imagem e privacidade, que tanto afetam a espontaneidade e a liberdade de trabalhar dos fotógrafos. Recorre às tarjas, normalmente usadas pela imprensa na proteção aos menores de idade, e autocensura todos os protagonistas de suas fotos, clicados em comportamentos banais e em locais públicos.

Fernanda Magalhães (londrinense, 49) usa sua própria imagem em montagens, que incluem textos, para defender o direito de ser diferente. A representação da mulher gorda nua na fotografia produz uma reflexão sobre o culto ao corpo como valor de harmonia e sedução.

Edu Simões (paulistano, 55) construiu um interessante inventário que identificou como *Gastronomia para um dia de trabalho duro*, sobre a refeição levada em marmitas pelos operários da construção civil de São Paulo.

Três talentos que, com sua produção, levam a criativa fotografia brasileira a um nível de reconhecimento cada vez mais consolidado.

RICARDO CHAVES, O "KADÃO", FOTÓGRAFO, TEM 40 ANOS DE PROFISSÃO. TRABALHOU PARA DIVERSOS VEÍCULOS DA IMPRENSA BRASILEIRA E, ULTIMAMENTE, EXERCEU O CARGO DE EDITOR EXECUTIVO DE FOTOGRAFIA DE ZERO HORA. NESSE JORNAL, ESCREVE A COLUNA DIÁRIA ALMANAQUE GAÚCHO E, NO CADERNO CULTURA, A COLUNA MENSAL "REFLEXO", SOBRE TEMAS DE FOTOGRAFIA.

